

LEONARDA MUSUMECI

# UPP: ÚLTIMA CHAMADA

---

VISÕES E EXPECTATIVAS DOS  
MORADORES DE FAVELAS OCUPADAS  
PELA POLÍCIA MILITAR NA CIDADE  
DO RIO DE JANEIRO

---

Agosto de 2017

cesec



UNIVERSIDADE  
CANDIDO  
MENDES

## COORDENAÇÃO

Barbara Musumeci Mourão

Leonarda Musumeci

Sílvia Ramos

## PESQUISADORES

Paulo Victor Leite Lopes

Pablo Nunes

## ESTATÍSTICOS

Doriam Borges (*amostragem*)

Greice Conceição (*banco de dados, tabulação e análise*)

## EQUIPE DE CAMPO

Sonia Nunes (*coordenadora e supervisora*)

Adriana Carneiro de Carvalho

Ana Cláudia Carvalho

Isabele Sales

Janiely Bezerra

Jorge Oracy Rodrigues

Kryssia Ettl Mendonça

Pedro Peixoto

Rafael Menezes

Rosália Menezes

## GRUPO FOCAL

Elo Serviços de Apoio à Pesquisa

## CONSELHO CONSULTIVO DO PROJETO

Charles Siqueira (*Prazeres*)

Claudio Napoleão (*Cantagalo/Pavão-Pavãozinho*)

Daniel Sadrak (*Julio Otoni*)

José Mario dos Santos (*Santa Marta*)

Kennedy de Moraes Lemos (*Borel*)

Lúcia Cabral (*Alemão*)

Luís Soares (*Manguinhos*)

Maurício Hora (*Providência*)

Sebastião Mateus da Silva (*Formiga*)

## SUPORTE ADMINISTRATIVO

Ana Paula Andrade

## APOIO FINANCEIRO



FORD  
FOUNDATION



OPEN SOCIETY  
FOUNDATIONS

## REALIZAÇÃO

cesec



UNIVERSIDADE  
CANDIDO  
MENDES

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>1. A PESQUISA COM MORADORES</b>	<b>12</b>
Grupo focal exploratório	12
Trabalho de campo	12
Agregações e cruzamentos	14
<b>2. O QUE MUDOU COM A UPP?</b>	<b>17</b>
Segurança e insegurança	19
<b>3. RELAÇÃO COM A POLÍCIA</b>	<b>24</b>
Policiamento de quase nenhuma proximidade	24
Abordagem policial: seletividade traumática	25
Tratamento cotidiano e notificação de desvios	29
“Bons” e “maus” policiais	31
Sentimentos no espelho	34
(Des)confiança na Polícia e na Justiça	37
<b>4. TRAJETÓRIA, SITUAÇÃO ATUAL E EXPECTATIVAS</b>	<b>42</b>
Ontem e hoje	42
UPP, sim ou não?	44
O futuro do programa	48
<b>CONCLUSÕES</b>	<b>51</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>56</b>
Mídia	59
<b>ANEXO – AGREGAÇÕES DE UPPS</b>	<b>62</b>

# INTRODUÇÃO

---

Rio de Janeiro, 2008. Tem início, em dezembro, o Programa de Polícia Pacificadora, com a ocupação da favela Santa Marta, no bairro de Botafogo, pela Polícia Militar. De 2009 a 2014, outros 36 territórios da cidade seriam incorporados a esse programa, recebendo progressivamente as chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A partir da expulsão ou do enfraquecimento prévio dos grupos de criminosos armados que dominavam esses territórios, prometia-se colocar em prática um novo modelo de atuação policial nas favelas, o policiamento de proximidade, superando-se a lógica belicista que há décadas predominava na política de segurança estadual. Com a polícia, deveriam também entrar outros projetos, serviços e obras necessários à melhoria geral das condições de vida nas áreas beneficiadas.

Ainda hoje tais promessas constam, sem alterações, do site oficial do programa:

A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é um dos mais importantes programas de Segurança Pública realizado no Brasil nas últimas décadas. Implantado pela Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, no fim de 2008, o Programa das UPPs – planejado e coordenado pela Subsecretaria de Planejamento e Integração Operacional – foi elaborado com os princípios da Polícia de Proximidade, um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública.

O Programa engloba parcerias entre os governos – municipal, estadual e federal – e diferentes atores da sociedade civil organizada e tem como objetivo a retomada permanente de comunidades dominadas pelo tráfico, assim como a garantia da proximidade do Estado com a população.

A pacificação ainda tem um papel fundamental no desenvolvimento social e econômico das comunidades, pois potencializa a entrada de serviços públicos, infraestrutura, projetos sociais, esportivos e culturais, investimentos privados e oportunidades.<sup>1</sup>

Rio de Janeiro, 2017. Menos de uma década depois de inaugurada a primeira UPP e após alguns anos de alardeado êxito da ocupação policial de favelas, tornou-se recorrente a decretação do “colapso”

---

<sup>1</sup> Site UPP-RJ, do governo do Estado do Rio de Janeiro ([http://www.upprj.com/index.php/o\\_que\\_e\\_u\\_pp](http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_u_pp)). Último acesso: julho de 2017).

ou “fracasso” desse modelo.<sup>2</sup> Os índices de criminalidade violenta voltaram a subir e multiplicaram-se novamente os tiroteios, os episódios de “bala perdida”, os homicídios praticados pela polícia e as mortes de policiais.<sup>3</sup> Já se fala, inclusive, em retorno aos anos 1990, quando as taxas de violência letal atingiram seu ápice no estado e na cidade.<sup>4</sup> A política de confronto e a retórica da “guerra” contra as drogas recuperam terreno, sendo a “falência” das UPPs creditada predominantemente aos grupos de traficantes armados que estariam voltando às favelas, acuando os policiais, atemorizando os moradores e exigindo do comando da segurança respostas “duras” contra os ataques à chamada “pacificação”.

Nesse contexto, e no cenário geral de crise do estado e do país, a política de segurança pública ameaça sucumbir inteiramente à lógica belicista, segundo a qual o projeto das UPPs seria inviável ou “ousado demais”, como disse o atual secretário de segurança do estado.<sup>5</sup> Não obstante, ainda parece haver algum espaço para se discutir o destino desse projeto e, em vez de se decretar o fracasso do modelo em si, chamar atenção para o que diversos especialistas e lideranças comunitárias vinham há muito apontando: as graves falhas, não corrigidas, no processo de implementação e desenvolvimento das UPPs.

Vale lembrar que sempre houve quem se colocasse *in limine* contra o projeto, seja por enxergá-lo como mera militarização da segurança pública e coação aos habitantes de favelas, seja, ao contrário, por defender a estratégia puramente repressiva. Mas também houve quem visse nesse programa um grande potencial de transformação, sem contudo minimizar os obstáculos e riscos interpostos à efetiva realização dos seus principais objetivos: levar segurança e melhores condições de vida às comunidades populares, e mudar a cultura e as práticas da polícia militar fluminense.

---

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, Isabel Seta. A falência das UPPs. Revista Exame, 03/07/2017. [<http://exame.abril.com.br/brasil/a-falencia-das-upps/>]; Leslie Leitão. O fracasso da pacificação. Revista Veja, 18/10/2016. [<http://veja.abril.com.br/brasil/o-fracasso-da-pacificacao/>]

<sup>3</sup> Ver Silvia Ramos. Death toll mounts in Rio de Janeiro as police lose control of the city – and of themselves. The Conversation, 17/07/2017. [<https://theconversation.com/death-toll-mounts-in-rio-de-janeiro-as-police-lose-control-of-the-city-and-of-themselves-80862>]

<sup>4</sup> O pico da taxa de homicídios intencionais no Estado do Rio ocorreu em 1995 (61,8 mortes por cem mil habitantes), segundo dados do Datasus/Ministério da Saúde, ou em 1994 (63,1 por cem mil), segundo dados do Instituto de Segurança Pública estadual (ISP-RJ). Daí por diante, mesmo com oscilações, esses índices descreveram uma curva tendencial de queda e nunca mais voltaram aos níveis de meados dos anos 90.

<sup>5</sup> Cristina Boeckel, “‘UPP foi uma tentativa ousada demais’, diz secretário de segurança do RJ”. G1, 04/05/2017. [<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/upp-foi-uma-tentativa-ousada-demas-diz-secretario-de-seguranca-do-rj.ghtml>]

Foi sobretudo por acreditar nessa possibilidade de reforma e por entender que o programa abria uma oportunidade de mudança nas traumáticas relações entre polícia e população de favelas no Rio que o CEsEC desde 2010 passou a acompanhar a implantação e a trajetória das UPPs, por meio de levantamentos quantitativos bianuais e de pesquisas qualitativas.<sup>6</sup> Nas três primeiras rodadas do *survey*, entrevistaram-se policiais de ponta (cabos e soldados) alocados nas unidades já implantadas em cada período (nove UPPs em 2010, com 1.472 policiais; 20 unidades em 2012, com efetivo de 3.466; 36 unidades em 2014, com 7.643 policiais).<sup>7</sup> Os objetivos eram analisar o desenvolvimento do projeto a partir das percepções e experiências dos agentes diretamente envolvidos na sua efetivação, comparar os resultados com os de outras pesquisas que vinham focalizando preferencialmente o ponto de vista dos moradores e contribuir para uma avaliação crítica das UPPs, em diálogo com os seus gestores na Polícia Militar estadual.

O último levantamento, que encerra o ciclo de pesquisas do CEsEC sobre o tema e cujos resultados se expõem neste trabalho, teve como foco não mais os policiais e sim os moradores dos territórios ocupados, objetivando captar suas visões, avaliações e expectativas acerca da presença contínua da polícia nas respectivas comunidades, num momento em que o projeto já se encontra em franca deterioração.

\* \* \*

O grande impacto inicial das UPPs na queda da violência letal e dos tiroteios (cf. Cano, Borges e Ribeiro 2012), aliado ao ufanismo midiático em torno da iniciativa (cf. Batista 2011), ofuscou por um bom tempo a percepção dos problemas e contradições que ameaçavam o sucesso do programa num prazo mais longo e numa escala mais ampla. O próprio slogan “pacificação” escolhido para designá-lo mal disfarçava dois pressupostos que, com o tempo, se mostrariam corrosivos: primeiro, a implícita preservação do viés bélico na segurança pública, contradizendo o “novo paradigma” de policiamento que se pretendia inaugurar; segundo, a visão das populações de favelas, não como atores e interlocutores das políticas públicas a elas dirigidas, mas como objeto de ação tutelar e “civilizatória” por parte do Estado, à semelhança da

---

<sup>6</sup> Os resultados da pesquisa *UPP: o que pensam os policiais*, são analisados em CEsEC (2010 e 2012); Soares (2012); Soares *et al.* (2012); Musumeci *et al.* (2013); Musumeci (2015). Desdobramentos desse projeto geraram outras reflexões, conduzidas por Barbara Musumeci Mourão (2013, 2014, 2015, 2016), sobre a presença de policiais femininas e questões de gênero nas UPPs, e sobre a implantação do programa de mediação policial de conflitos nas favelas ocupadas.

<sup>7</sup> Quando a pesquisa de 2014 foi a campo já havia 38 UPPs instaladas, mas duas delas – Vila Kennedy e Mangueirinha – eram muito recentes e a segunda ficava fora do município do Rio, motivos pelos quais ambas foram excluídas da amostra.

“pacificação” de tribos nativas pelo indigenismo tradicional (cf. Oliveira 2014).<sup>8</sup> O emprego recorrente do termo permitia, ademais, concentrar a avaliação de sucesso da iniciativa no controle de territórios, na redução da violência letal e na diminuição dos tiroteios, deixando em segundo plano o propósito igualmente importante de reforma institucional da polícia, sem o qual, como ficaria demonstrado com o tempo, o primeiro objetivo não se sustentaria.

Alguns resultados do primeiro *survey* do CESeC – na contramão da euforia midiática em torno do programa – já despertavam sérias inquietações. Embora os policiais ouvidos em 2010 reconhecessem um ambiente positivo e receptivo nas comunidades ocupadas, manifestavam ao mesmo tempo um alto grau de indiferença, desinteresse e/ou insatisfação: quase 70% disseram que prefeririam trabalhar fora das UPPs, em outros setores da PM, especialmente batalhões convencionais; a grande maioria avaliava mal a formação recebida para atuar em policiamento de proximidade; não mais de 5% participavam regularmente de reuniões com moradores; só 1/3 estabelecera contato com alguma instituição ou associação atuante na comunidade; menos de 28% procuravam conhecer os problemas locais e somente 13% envolviam-se com algum projeto comunitário. Em compensação, quase 80% realizavam muito frequentemente abordagens com revista corporal de “suspeitos”. A maioria dos policiais reclamava de péssimas condições de trabalho – sedes improvisadas, falta de infraestrutura, muito serviço em ponto fixo, escala de trabalho ruim e atraso nas gratificações –; 59% sentiam-se insatisfeitos ou indiferentes em fazer parte do programa e 70% acreditavam que as UPPs haviam sido criadas apenas para garantir a segurança dos grandes eventos esportivos e não perdurariam após o término das Olimpíadas.

A impressão que emergia desses resultados, portanto, era de que boa parte dos agentes de ponta estava muito longe de compartilhar o entusiasmo e as expectativas positivas então difundidas na sociedade a respeito das UPPs. As sinalizações de problemas já eram bastante claras: formação inadequada; baixa valorização dos policiais; falta de investimento na sistematização e na implementação das práticas de proximidade; baixa institucionalidade do projeto; falta de interlocução com lideranças e instituições locais; predominância de atividades convencionais de policiamento ostensivo; apego aos velhos modelos de polícia, mesmo tratando-se de policiais novatos, recém-formados; falta de comunicação corporativa e de trabalho motivacional junto aos agentes de ponta.

---

<sup>8</sup> Essa postura tutelar contaminou também o projeto denominado “UPP Social”, que deveria acompanhar a ocupação policial das favelas. Ver, a respeito, Ed Bentsi-Enchill, Jessica Goodenough e Michel Berger. A Morte da UPP Social: Fracasso da Participação. Rio on Watch, 15/06/2015. [<http://rioonwatch.org.br/?p=14378>]

Àquela altura, porém, tais problemas ainda podiam ser vistos como percalços iniciais de um projeto em fase experimental e, de fato, sentia-se, da parte dos principais gestores na PM, empenho em corrigir erros, fortalecer a iniciativa e garantir sua sustentabilidade. Entre outras medidas, teve início uma reforma do currículo de formação de praças (que, na verdade, só chegou a ser implementada muitos anos depois – cf. Cortes e Mazzurana 2015); melhoraram-se as condições de trabalho em diversas UPPs e firmaram-se parcerias com universidades e centros de pesquisa para sistematizar a doutrina e os métodos do policiamento de proximidade, bem como as ferramentas de monitoramento e avaliação do programa (cf. Cano, coord. et al. 2012, 2013).

O segundo *survey* do CESeC, em 2012, registrou alguns avanços, especialmente na apreciação dos policiais sobre suas condições de trabalho e – talvez em consequência disso – numa queda do índice de insatisfação e do percentual de agentes que prefeririam estar fora da UPP. Mas persistiam, por outro, a má avaliação do treinamento específico para polícia de proximidade; a predominância de atividades tradicionais de policiamento ostensivo sobre as práticas de aproximação; o forte apego ao porte de fuzis e ao modelo bélico de polícia. Chamava atenção também a queda da parcela de policiais que mantinham contato com instituições locais e/ou participavam de reuniões comunitárias, assim como o preocupante aumento da percepção de um ambiente hostil nas favelas ocupadas: em 2010, 29% dos cabos e soldados entrevistados acreditavam ser alvo de sentimentos negativos, como raiva, repulsa, medo e desconfiança, por parte dos moradores; em 2012, essa proporção subira para 46% e cresceria ainda mais em 2014.

Confirmando observações de pesquisas qualitativas realizadas na mesma época (por exemplo, Cano, Borges e Ribeiro 2012; Rodrigues e Siqueira 2012), o levantamento mostrava que o pouco que havia de policiamento de proximidade restringia-se a um grupo especializado de agentes, enquanto a grande maioria continuava a praticar policiamento ostensivo convencional:

Tal “especialização” (...) reflete a baixa institucionalidade do Programa, especialmente no tocante a canais formalizados de diálogo entre polícia e moradores, como conselhos ou fóruns locais, que inexistem, ainda, na maioria das comunidades beneficiadas. Entre outros problemas, isso tende a concentrar em mãos de uns poucos “articuladores comunitários” ou da PM5 (relações públicas) atividades que deveriam ser desempenhadas pela maior parte dos policiais e discutidas com a população. No limite, há o risco de concentração quase absoluta da interlocução e das decisões nas mãos dos comandantes de unidades, transformando-os em novos “donos do morro” nas favelas com UPP (Musumeci et al. 2013: 21).

Outra preocupação manifesta no estudo do CESeC e nos de outras instituições, dizia respeito aos rumos gerais que o programa estava tomando, atropelado por uma agenda política e econômica cujos critérios, ritmo e objetivos ameaçavam inviabilizar a consolidação dos pilares garantidores da sustentabilidade das UPPs e limitar cada vez mais a iniciativa à mera ocupação militar das favelas. Como ressaltava um dos trabalhos de consultoria contratados pela Secretaria de Segurança e que hoje soa profético,

*As UPPs são, sobretudo, uma estratégia de mudança institucional e doutrinária das políticas de segurança e da ação policial. Este aspecto é tão importante quanto o da recuperação do território, pois é justamente a mudança institucional que pode dar sustentação, no longo prazo, ao processo de redução da violência e de erradicação do controle territorial exercido por grupos armados ilegais. Sem essa mudança institucional, o efeito benéfico do programa pode ser revertido no futuro e as velhas políticas, com suas consequências negativas, podem retornar. Como mostram as pesquisas da CAF (Cano, Borges e Ribeiro 2012) e do CESeC (2012), tanto moradores quanto policiais das UPPs temem a descontinuação do programa e o retorno ao passado, o que aponta para certa fragilidade dos avanços obtidos até o momento (Cano, org., et al., 2012: 4. Itálicos nossos).*

Embora na mídia, no discurso oficial e em parte da sociedade carioca ainda prevalecesse o otimismo em torno da assim chamada “pacificação”, o frenético ritmo de criação de novas unidades, a formação a toque de caixa de novos policiais para ocupá-las, a replicação do modelo em áreas de extrema complexidade, sem um planejamento específico, e a manutenção de uma política de segurança “esquizofrênica” – supostamente de proximidade nas favelas com UPP e bélica tradicional nas comunidades sem UPP – já denunciavam a baixa vontade política de empreender uma mudança mais ampla nas estruturas e práticas da polícia fluminense, ou até mesmo de monitorar e avaliar o que já estava implantado, realizar as necessárias correções e evitar a previsível degradação do programa.

Além da reforma institucional, outra dimensão imprescindível para o sucesso da iniciativa era o projeto denominado “UPP Social” – uma articulação de obras de infraestrutura e serviços públicos voltados para as demandas específicas de cada comunidade –, que complementaria a intervenção policial com a melhoria das condições gerais de vida nas favelas ocupadas (cf. Henriques e Ramos 2011). A equipe desse projeto continuava atuante em 2012, mas já eram bastante nítidos os sinais de que não estava conseguindo tirá-lo do papel, seja pela dificuldade de articulação dos diversos órgãos competentes, seja pela crescente perda de interesse em investimentos nas favelas por parte do governo municipal, à medida que se avolumavam os

muito mais lucrativos e vistosos negócios relacionados aos grandes eventos esportivos.

O terceiro e último survey do CEsC com policiais, feito em 2014, já capta em cheio o descaminho da proposta original das UPPs, com o abandono quase completo do “policiamento de proximidade”, que sequer chegou a ser sistematizado na teoria ou na prática, e pela franca retomada de modelos tradicionais, repressivos e violentos de polícia nos territórios sob ocupação da PM. Retomada mensurável não só pela redução das rondas a pé, dos contatos com associações locais e do envolvimento de agentes com atividades comunitárias, mas também pelo aumento de sete para 22%, entre 2010 e 2014, da proporção de policiais engajados nos chamados “Grupamentos Táticos de Polícia de Proximidade” (GTPPs). Tais grupamentos, apesar da proximidade no nome, são unidades “operacionais” fortemente armadas, com livre trânsito pelas ruas e becos das favelas, devotadas a tarefas eminentemente repressivas ou métodos tradicionais de prevenção, como “caça” às drogas, às armas e aos pequenos traficantes; abordagem e revista de “suspeitos”; contenção de protestos na comunidade; envolvimento em confrontos e apoio a outras UPPs. Mimetizando as tropas de elite da PM (Gates, Bope, BPChoque), os policiais dos GTPPs tendem a manter atitudes deliberadas de distanciamento em relação à população, não cumprimentando os moradores, tratando com rispidez, quando não com violência, os incontáveis “suspeitos” revistados diariamente ou empenhando-se em exibições de força e intimidação (Musumeci 2015: 8; Esperança 2014: 137-43).

Não por acaso, a percepção de hostilidade no ambiente das favelas ocupadas cresceu acentuadamente desde a última pesquisa: em 2014, 60% dos policiais sentiam-se rejeitados e detestados pelos moradores, e, em proporções análogas, haviam sido alvo recentemente de objetos atirados contra eles, xingamentos, grosserias e/ou desacatos por parte da população. Numa clara demonstração do vínculo entre a resposta dos moradores à presença policial e o modelo de atuação (repressivo ou de proximidade) adotado pelos agentes, tais proporções podiam superar 80% entre os cabos e soldados integrantes dos GTPPs, mas eram baixíssimas entre os poucos policiais ainda envolvidos num programa especial de mediação de conflitos existente nas UPPs, que à época já se encontrava próximo da extinção (cf. Mourão e Strozemberg 2016: 72-73).

Desde 2013, a violência letal – incluindo mortes provocadas pela polícia e mortes de policiais – voltou a crescer em várias comunidades ocupadas e no estado do Rio de Janeiro como um todo, depois de cinco anos em queda. O projeto UPP Social fora completamente desmantelado e reduziu-se muito o apoio da sociedade carioca à dita “pacificação” de favelas, sobretudo a partir do “desaparecimento” do auxiliar de

pedreiro Amarildo Dias de Souza na Rocinha, em julho de 2013,<sup>9</sup> e do forte declínio da popularidade do governo estadual que implementara o programa.<sup>10</sup>

Diversos especialistas, inclusive um dos idealizadores e um dos primeiros coordenadores das UPPs (Rodrigues 2014), apontavam a necessidade de enxergar nesses problemas a consequência de falhas do próprio desenvolvimento do programa, o que permitiria rever e corrigir os seus rumos. Mas, em vez disso, o discurso oficial e midiático centrou-se crescentemente na velha lógica bélica, enfatizando a ideia de que a “pacificação” estaria ameaçada pelo “retorno do tráfico” e, para ser mantida, demandava estratégias de enfrentamento – com o que se justificava o abandono praticamente completo da tentativa de desenvolver policiamento de proximidade (Musumeci 2015). Noutras palavras, em vez de buscar-se retificar o que não estava funcionando e fortalecer o modelo proposto, optou-se pela pura e simples retomada da “guerra” ao crime e às drogas, e pelo retorno dos confrontos, tiroteios e mortes nas favelas do Rio.

É esse o cenário que hoje se afigura em boa parte dos territórios ocupados pela PM e que, ainda mais em meio à crise política e econômica do estado e do país, parece tornar irrealista qualquer aposta na salvação das UPPs via correção de rumos e resgate dos objetivos originais. Entretanto, os resultados do levantamento junto aos moradores em 2016 mostram, como se verá, que é exatamente essa retomada o que a maioria deseja, mesmo não tendo muita esperança de que venha de fato a ocorrer.

---

<sup>9</sup> Acusado de ligação com o tráfico de drogas, Amarildo foi sequestrado, torturado e morto por policiais na sede da UPP da Rocinha, e seu corpo até hoje não foi encontrado. Isso ocorreu no momento das grandes manifestações de rua em todo o Brasil e ganhou uma visibilidade extraordinária, dando origem ao bordão “Cadê o Amarildo?”, ostentado em cartazes, folhetos, camisetas e banners durante os protestos, além de amplamente repercutido nas redes sociais.

<sup>10</sup> Reeleito em 2010 com 70% dos votos válidos, o governador Sérgio Cabral tinha apenas 12% de aprovação popular em agosto de 2013, segundo pesquisa do Ibope. Cf. Leopoldo Mateus e Marcelo Sperandio, “Após anos de popularidade alta, Sérgio Cabral se transforma em vilão”. Revista Época, 12/08/2013. [<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/08/apos-anos-de-popularidade-alta-bsergio-cabralb-se-transforma-em-bvilao.html>]. Último acesso: 06/09/2015]. Evidentemente, a queda de popularidade do governo Cabral não se deve apenas ao caso Amarildo, mas este foi decerto um dos fatores intervenientes, ao levantar fortes suspeitas sobre as UPPs, tidas até então como “menina dos olhos” da política de segurança estadual.

# 1. A PESQUISA COM MORADORES

---

De 8 de agosto a 25 de outubro de 2016 aplicou-se um questionário de 56 perguntas a uma amostra domiciliar aleatória de 2.479 pessoas com 16 anos ou mais de idade, estatisticamente representativa da população dessa faixa etária residente nos 37 territórios com UPP do município do Rio de Janeiro. O universo considerado – 777.506 homens e mulheres – corresponde a cerca de 15% da população carioca com 16 anos ou mais, segundo o último Censo do IBGE.<sup>11</sup> A margem de erro amostral é de 4%, com nível de confiança de 95,5%.

## GRUPO FOCAL EXPLORATÓRIO

Em 26 de julho de 2016, realizou-se um grupo focal composto de nove jovens (até 35 anos de idade), moradores de diferentes favelas com UPP, com o objetivo de testar o entendimento e a adequação das perguntas do questionário que seria aplicado no campo e buscar novos subsídios para aperfeiçoar o instrumento de coleta. Mesmo tendo essa finalidade restrita, a discussão no grupo produziu observações importantes sobre a diversidade das experiências nas favelas ditas “pacificadas” e sobre a perspectiva específica dos jovens acerca da relação com a polícia e da convivência cotidiana com a UPP.

## TRABALHO DE CAMPO<sup>12</sup>

A equipe que realizou o levantamento amostral, composta de nove pesquisadores e uma supervisora, percorreu 310 setores censitários em 118 diferentes favelas.<sup>13</sup> Procurou-se, estrategicamente, concentrar

---

<sup>11</sup> Esse universo, construído por agregação de setores censitários de favelas incluídos nas circunscrições de UPPs, é 9% superior ao informado pela prefeitura municipal para a população de todas as faixas etárias residente nas 37 UPPs da cidade (711.699 habitantes – <http://www.riomaisocial.org/territorios/>).

<sup>12</sup> O relato a seguir baseia-se em anotações feitas pelos pesquisadores de campo, consolidadas num relatório com a descrição do desenvolvimento da pesquisa nas favelas de cada uma das UPPs.

<sup>13</sup> A montagem da amostra foi feita em quatro etapas: (1) delimitação das favelas situadas em circunscrições de UPPs na cidade do Rio; (2) definição de 310 setores censitários a serem percorridos nesses territórios, pelo método de probabilidade proporcional ao tamanho da população, segundo ordenação pela renda em forma de serpentina, com base no Censo de 2010; (3) seleção de oito domicílios particulares permanentes em cada setor, com probabilidade igual de seleção por meio de amostragem sistemática a partir de um ponto.

o trabalho de campo no período das Olimpíadas e, com efeito, em boa parte das comunidades, essa circunstância determinou um clima mais favorável à pesquisa do que se ela tivesse sido realizada em outra época. Na Cidade de Deus, inclusive, a medalha de ouro ganha pela judoca Rafaela Silva, moradora do local, foi o que possibilitou, com a comunidade em festa, que se percorressem áreas sem nenhum policiamento, dominadas por traficantes armados, que de outro modo seriam impenetráveis. E em outras favelas com UPP também pareceu haver uma “calmaria” maior do que de costume em função dos Jogos Olímpicos.

Ainda assim, os pesquisadores vivenciaram fortes tensões em alguns territórios e passaram diretamente por experiências que hoje são cotidianas na vida dos moradores de muitas favelas ocupadas, como ter de abrigar-se de tiroteios e de incursões violentas da polícia; circular sob a vigilância de traficantes; temer que a qualquer momento um grupo rival invadisse a favela; ter um fuzil de policial ou de bandido apontado para o rosto e, no caso mais grave ocorrido durante o levantamento, sofrer ameaças de adolescentes armados, ter a lista de domicílios rasgada e precisar sair da comunidade.

Tais tensões fizeram também com que, em algumas UPPs, a equipe de início não obtivesse autorização das lideranças comunitárias ou da chafia do tráfico para fazer a pesquisa em determinados locais, mas, na maior parte das vezes, a negociação e o acompanhamento de guias experientes, conhecedores das pessoas e das localidades mais problemáticas, tornaram viável o acesso aos setores e domicílios sorteados. Por óbvias

---

de origem, só se podendo substituir o domicílio após um mínimo de três tentativas de contato, feitas em dias e horários diferentes. A fim de minimizar o risco de perda, foram sorteados mais domicílios que o necessário em cada setor (um total de 13), para o caso de substituição, sempre seguindo as orientações-padrão de amostragem; (4) escolha de um(a) morador(a) com 16 anos ou mais de idade por domicílio para responder o questionário, a partir de uma listagem de todos os adultos residentes nos domicílios selecionados, ordenados por idade, só sendo possível substituir os entrevistados após um mínimo de três tentativas de contato, feitas em dias e horários diferentes.

A montagem da amostra foi feita em quatro etapas: (1) delimitação das favelas situadas em circunscrições de UPPs na cidade do Rio; (2), definição de 310 setores censitários a serem percorridos nesses territórios, pelo método de probabilidade proporcional ao tamanho da população, segundo ordenação pela renda em forma de serpentina, com base no Censo de 2010; (3) seleção de oito domicílios particulares permanentes em cada setor, com probabilidade igual de seleção por meio de amostragem sistemática a partir de um ponto de origem, só se podendo substituir o domicílio após um mínimo de três tentativas de contato, feitas em dias e horários diferentes. A fim de minimizar o risco de perda, foram sorteados mais domicílios que o necessário em cada setor (um total de 13), para o caso de substituição, sempre seguindo as orientações-padrão de amostragem; (4) escolha de um(a) morador(a) com 16 anos ou mais de idade por domicílio para responder o questionário, a partir de uma listagem de todos os adultos residentes nos domicílios selecionados, ordenados por idade, só sendo possível substituir os entrevistados após um mínimo de três tentativas de contato, feitas em dias e horários diferentes.

razões, evitou-se acionar os policiais da UPP ou mesmo estabelecer contato com eles, o que possivelmente inviabilizaria de todo a pesquisa junto aos moradores.<sup>14</sup>

Nem sempre as expectativas sobre riscos e problemas se cumpriram. Numa área conflagrada como o Complexo do Alemão, onde se temia que o levantamento resultasse inviável, a aplicação dos questionários transcorreu rapidamente e sem maiores dificuldades, enquanto numa favela muito menor e aparentemente mais calma, o Pavão-Pavãozinho, na Zona Sul da cidade, a equipe enfrentou bombas, tiroteios, recusa de colaboração da associação de moradores, e precisou interromper a coleta diversas vezes, só conseguindo concluí-la um mês depois de iniciada.

Mas, mesmo com esses percalços, apenas 90 (3,6%) dos domicílios da amostra precisaram ser substituídos, seja por problemas incontornáveis de segurança, seja por algumas (poucas) recusas de moradores a participar, seja ainda – e principalmente – por estarem os domicílios fechados ou abandonados, por terem sido removidos em função de obras do PAC ou por conterem apenas habitantes com menos de um ano de residência na comunidade.<sup>15</sup> Só não foi possível substituir um domicílio, por razões de segurança, e a amostra, originalmente de 2.480 pessoas, terminou sendo de 2.479.

A ampla cobertura da pesquisa, que abarcou todos os 37 territórios com UPP na cidade do Rio de Janeiro, faz com que as anotações de campo dos entrevistadores não só descrevam as condições nas quais o trabalho foi realizado em cada local, mas também forneçam valiosas observações qualitativas a respeito das comunidades. Tais observações, assim como as colhidas no grupo focal, servirão ao longo deste trabalho para ilustrar e contextualizar alguns dos dados quantitativos analisados.

## AGREGAÇÕES E CRUZAMENTOS

Mesmo tendo havido coleta em todas as UPPs, a amostra retrata estatisticamente o conjunto das unidades, mas não cada uma delas. Em outras palavras, não é possível desagregar os dados quantitativos por UPP,

---

<sup>14</sup> A mesma equipe realizara a pesquisa com os policiais em 2014 (cf. Musumeci 2015) e, naquele caso, também por óbvias razões, não buscara autorização junto às associações de moradores nem à “boca de fumo”, mas apenas aos comandos da PMERJ, que ficaram responsáveis pela segurança dos entrevistadores, sendo a aplicação dos questionários feita nas sedes das UPPs.

<sup>15</sup> Como o questionário continha diversas perguntas comparativas sobre diferentes momentos antes e depois da UPP, preferiu-se não entrevistar moradores com menos de 12 meses de residência.

nem, portanto, captar as realidades muito diversas existentes nos territórios ocupados. Para reduzir um pouco essa lacuna, criaram-se *a posteriori* três tipos de agregações capazes de apontar alguma diversidade sem perder representatividade estatística:<sup>16</sup>

1. Agrupamento das UPPs por dimensão demográfica, dividindo-se o conjunto em três blocos: unidades “pequenas” (menos de 21 mil habitantes),<sup>17</sup> “médias” (21 a 50 mil)<sup>18</sup> e “grandes” (mais de 50 mil).<sup>19</sup> No caso de complexos de favelas com duas ou mais UPPs contíguas, estas foram agregadas previamente e considerou-se, não a população de cada uma, mas sim a do complexo. Por exemplo, somaram-se os habitantes dos territórios ocupados de Nova Brasília, Alemão, Pedra do Sapo, Fazendinha, Adeus e Baiana como se fossem uma única UPP e o conjunto foi classificado como “grande” (o maior de todos, aliás).
2. Agregação dos territórios ocupados segundo localização geográfica, dividindo-se a cidade em quatro grandes áreas:<sup>20</sup> “Centro/Zona Sul”;<sup>21</sup> “Zona Norte 1” (Grande Tijuca ao Méier);<sup>22</sup> “Zona Norte 2” (Jacaré à Pavuna)<sup>23</sup> e “Zona Oeste”.<sup>24</sup>

---

<sup>16</sup> O detalhamento das três agregações, incluindo a população de cada UPP, encontra-se no anexo ao final deste texto.

<sup>17</sup> Barreira do Vasco e Tuiuti; Turano; Batan; Mangueira; Pavão-Pavãozinho e Cantagalo; Arará e Mandela; Andaraí; São João, Matriz e Quietos; Tabajaras e Cabritos; Vidigal e Chácara do Céu; Vila Kennedy; Prazeres e Escondidinho; Salgueiro; Chapéu Mangueira e Babilônia; Formiga; Santa Marta; Cerro-Corá e Guararapes.

<sup>18</sup> Jacarezinho e Rato Molhado; Complexo do Lins (Lins, Camarista Méier e Morro do Céu); Macacos; Manguinhos; Borel; São Carlos; Caju; Providência; Coroa, Fallet e Fogueteiro.

<sup>19</sup> Complexo do Alemão (Nova Brasília, Alemão, Pedra do Sapo, Fazendinha, Adeus e Baiana); Rocinha; Complexo da Penha (Parque Proletário, Vila Cruzeiro, Fé e Sereno, Chatuba e Caixa D’água); Cidade de Deus.

<sup>20</sup> Devido à concentração geográfica das UPPs (ver mapa no Anexo), preferiu-se essa divisão à das cinco Áreas de Planejamento oficialmente adotada pela prefeitura municipal.

<sup>21</sup> Chapéu Mangueira e Babilônia; Cerro-Corá e Guararapes; Coroa, Fallet e Fogueteiro; Pavão-Pavãozinho e Cantagalo; Prazeres e Escondidinho; Providência; Rocinha; Santa Marta; Tabajaras e Cabritos; Vidigal e Chácara do Céu.

<sup>22</sup> Andaraí; Barreira do Vasco e Tuiuti; Borel; Camarista Méier e Morro do Céu; Caju; Lins; São Carlos; Formiga; Macacos; Mangueira; Salgueiro; São João, Matriz e Quietos; Turano.

<sup>23</sup> Adeus e Baiana; Alemão e Pedra do Sapo; Arará e Mandela; Chatuba e Caixa D’água; Fazendinha; Fé e Sereno; Jacarezinho e Rato Molhado; Manguinhos; Nova Brasília; Parque Proletário; Vila Cruzeiro.

<sup>24</sup> Batan, Cidade de Deus e Vila Kennedy.

3. Agrupamento com base nas datas de inauguração das UPPs, gerando os blocos “antigas” (criadas de 2008 a 2010), “intermediárias” (2011 e 2012) e “novas” (surgidas em 2013 e 2014). Esta agregação, entretanto, mostrou-se bem menos rentável analiticamente que as outras duas.

Todas as diferenças relativas aos cruzamentos de variáveis mencionados no texto e mostrados em tabelas e gráficos são estatisticamente significativas, com nível de significância de 0,05.

## 2. O QUE MUDOU COM A UPP?

---

A uma pergunta aberta sobre quais as *melhores* coisas de se morar na comunidade, as respostas mais frequentes foram: transporte/facilidade de acesso (20%), comércio (16%) e boa convivência (16%). Quanto às *piores* coisas, mencionaram-se com mais frequência falta de infraestrutura e de serviços urbanos (40%), seguida de violência, insegurança, confrontos e tiroteios (32%) – justamente os dois aspectos da vida nas favelas que a chamada “pacificação” prometia melhorar.

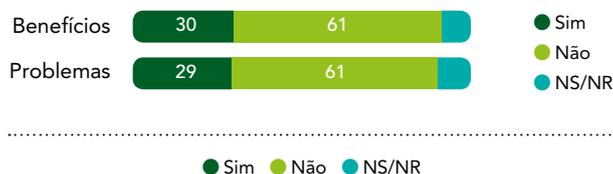
Em contraste com o alarde oficial e midiático em torno desse programa, a percepção de impactos gerados pela presença da UPP parece ser muito baixa para a maioria dos moradores dos territórios ocupados. Indagou-se aos entrevistados em que momento certas coisas haviam sido ou eram mais frequentes, incluindo tanto aspectos positivos (acesso a serviços públicos e privados, obras de infraestrutura, projetos sociais, oportunidades de trabalho e liberdade de ir e vir) quanto negativos (aumento dos alugueis, êxodo de moradores, tiroteios, mortes, desaparecimentos, roubos, furtos e estupros). Os momentos propostos foram três – antes da entrada da UPP, no início da UPP e “agora” (no período da pesquisa) –, prevendo-se ainda a opção “não faz diferença”. À exceção de tiroteios e de mortes por arma de fogo, que serão comentados mais adiante, em todos os demais itens a resposta “não faz diferença” foi majoritária, com proporções variando entre 55 e 68%

O que os dados mostram, assim, é que a entrada da UPP não parece constituir, como se imaginaria, um marco fundamental na memória da maior parte dos seus supostos beneficiários – pelo menos não como registro de significativas melhorias nas condições de vida dentro das favelas. Um dos pesquisadores anotou a reação de um morador que ilustra bem essa desimportância: “Em todas as perguntas sobre UPP, [o entrevistado] respondeu que era indiferente, porque não vê a UPP atuar ali, não influencia na vida das pessoas, então tanto faz eles ficarem ou saírem”.

Mesmo em relação à economia local (comércio e outras atividades geradoras de renda), a maioria das pessoas (58%) considera não ter havido nem melhora nem piora; 30% acreditam que a vida econômica da comunidade melhorou, 10%, que piorou e 2% não souberam ou não quiseram responder. Só os habitantes da região Centro/Zona Sul têm uma avaliação mais otimista desse tipo de impacto: metade deles afirma que a economia da favela melhorou com a UPP e apenas 8%, que piorou; na Zona Oeste, em compensação, somente 26% percebem melhoria e 15% acham que a situação piorou.

Quando se indaga se a UPP, de modo geral, trouxe benefícios e se trouxe problemas, menos de 1/3 dos moradores, nos dois casos, respondem afirmativamente (Gráfico 1). Ou seja, não são muitos os que identificam mudanças expressivas, boas ou ruins, decorrentes da ocupação da polícia. E há alguma superposição entre as duas respostas: 22% dos que apontaram benefícios também apontaram malefícios trazidos pela UPP.

**GRÁFICO 1**  
**A UPP trouxe benefícios para a comunidade? E problemas? (%)**

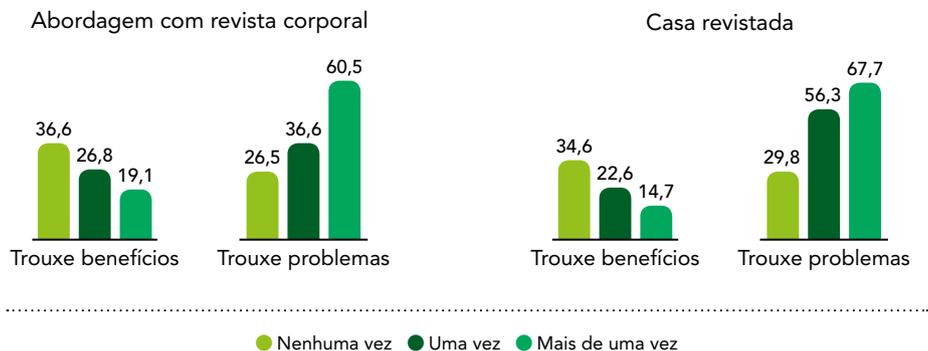


Essas opiniões variam bastante, porém, quando se consideram certas características dos indivíduos e das comunidades, assim como certas experiências diretas com a polícia:

- Quanto mais jovem o(a) morador(a), menor a chance de que admita benefícios da UPP e maior a de que aponte malefícios.
- Pessoas que sofreram abordagens ou tiveram a casa revistada nos últimos 12 meses antes da pesquisa negam benefícios e apontam malefícios em proporções muito superiores às que não passaram por essas experiências (Gráfico 2).
- Moradores de pequenas UPPs enxergam benefícios em proporção bem maior (42 a 29%) e malefícios em proporção bem menor (22 a 45%) do que moradores de UPPs grandes.
- Também há diferenças significativas entre UPPs de distintas regiões da cidade: moradores da Zona Centro/Sul são os que mais afirmam que a UPP trouxe *benefícios* (48%) e os da Zona Oeste, os que menos acreditam nisso (23%); vice-versa, os desta última região acham que a UPP trouxe *problemas* em proporção muito maior que os da região Centro/Sul (45 contra 18%).

GRÁFICO 2

Opiniões sobre se a UPP trouxe benefícios ou problemas para a comunidade, segundo experiências de abordagem e revista nos últimos 12 meses (%)



Dos 30% de entrevistados que consideram a UPP portadora de *benefícios*, a maioria (56%) menciona como ganhos a segurança e a tranquilidade; outros citam, em proporções bem menores, projetos sociais e serviços públicos ou privados (16%); e outros ainda fazem questão de ressaltar que só houve melhora no início da ocupação (16%). Na outra ponta, para os que acham que a UPP trouxe *malefícios*, os problemas mencionados pela maioria são tiroteios e confrontos (53%). Em menor escala, também são citados abusos, violência e desrespeito por parte dos policiais (8%); conflitos entre moradores e entre policiais e moradores (7%); perda da liberdade devida a limitações, proibições e vigilância contínua impostas pela UPP (6%), além de outras dificuldades.

## SEGURANÇA E INSEGURANÇA

No que toca, especificamente, à sensação de segurança, perguntou-se a todos os entrevistados se se sentiam mais seguros na comunidade *antes* da entrada da UPP, *logo no início* da UPP, *agora* (no momento da pesquisa) ou se não fazia diferença. Mais uma vez, a última opção obteve maior número de adesões (44%) e os percentuais para *antes* da UPP (16,8%) e para *agora* (22,1%) superaram o da resposta “no início da UPP” (14,7%). Mais um descompasso, portanto, entre a percepção externa à favela de que a “pacificação”, num

primeiro momento, produziu grande impacto positivo na segurança dos moradores, e a visão retrospectiva dos que vivenciaram diretamente o acontecimento, cuja memória não registra esse instante inicial como divisor de águas na vida da comunidade.

Novamente, as respostas variam segundo tamanho e localização da UPP, e segundo experiências pessoais com a polícia.

- Nas unidades classificadas como grandes, o percentual dos que disseram sentir-se mais seguros no período *anterior* à “pacificação”, ou seja, que acreditam que a presença da UPP *piorou* a segurança (24%), é maior que a proporção encontrada nas médias unidades (15%) e quase o dobro da registrada nas unidades pequenas (13%).
- Outra distância considerável nessa avaliação verifica-se entre UPPs da Zona Oeste e as da região Centro/Sul: enquanto 24% dos entrevistados da primeira área disseram que a sensação de segurança era maior *antes* da ocupação e só 9% responderam que era maior *agora*, no segundo grupo as proporções foram, respectivamente, 10 e 40%.
- As UPPs do Centro/Zona Sul registraram o menor percentual de respostas “não faz diferença” (35%), sendo os mais altos verificados na Zona Norte 2 e na Zona Oeste (49 e 46%, respectivamente).
- Pessoas que haviam sido abordadas e revistas *mais de uma vez* por policiais da UPP nos últimos 12 meses responderam que se sentiam mais seguras *antes* da chegada da UPP em proporção bem maior do que entre as que não haviam sido revistas nenhuma vez (31 contra 14%).

Embora no conjunto da amostra quase metade dos moradores tenha afirmado que a sensação de segurança não mudou desde a entrada da UPP, 78% concordaram com a frase “hoje a gente vive inseguro porque nunca sabe quando vai ter tiroteio na comunidade”, sendo que 70% assentiram integralmente e os outros 8%, parcialmente. A proporção de concordância total ou parcial não varia muito entre regiões da cidade, mas nas UPPs classificadas como grandes, independentemente da localização, a parcela de concordância chega a 92%, contra 70% nas unidades pequenas. Em outra pergunta, cerca de metade dos moradores afirmou que os tiroteios ocorrem com mais frequência *agora* do que antes ou no início da UPP. Logo, se grande parcela não percebe mudanças no tempo quando a pergunta focaliza uma sensação geral de segurança, a insegurança provocada especificamente pelos tiroteios parece ser muito palpável no momento

atual, refletindo o desmanche do projeto original e a retomada da política de confronto nas favelas sob ocupação da PM (cf. Musumeci 2015).

Alguns dos entrevistados relataram aos pesquisadores casos recentes de vizinhos e familiares atingidos por “balas perdidas”. Mencionaram também outros impactos dos tiroteios no cotidiano, como a suspensão ou mudança dos horários de funcionamento de creches e escolas, além de momentos de grande temor, incerteza e insegurança. Um entrevistador anotou:

A comunidade está sob forte tensão, pois no sábado, (...), mataram um policial, e em represália, no dia (...), mataram dois bandidos, e a comunidade foi invadida pelo BOPE e CORE, caveirão, e ainda estavam com medo de o BOPE entrar nesta segunda-feira; as ruas estavam desertas, e as crianças não foram para as escolas.

Os próprios pesquisadores vivenciaram mais de uma vez tiroteios e confrontos enquanto faziam as entrevistas. Eis dois relatos:

O questionário foi feito em um clima bem hostil, pois os policiais da UPP se encontravam armados, apontando o fuzil em direção dos becos. No momento da entrevista, eles soltaram uma granada de efeito moral, bem perto de onde eu estava; daí começou o tiroteio. Tivemos que nos abrigar na casa do entrevistado, só podendo nos retirar quando sentimos que os tiros já haviam cessado. Dia bem difícil.

Começou um tiroteio vindo do lado da polícia; tive de parar a entrevista. Tivemos que sair, pois não dava para ficar na comunidade. Há muito tempo não ouvia tantos tiros, vindos da parte da polícia. “A UPP trouxe problemas, pois eles entram atirando, aí os meninos [do tráfico] respondem”, disse a entrevistada.

No grupo focal, um diálogo entre dois jovens de diferentes favelas enfatizou a *imprevisibilidade* dos confrontos, que, como já dito, 78% dos entrevistados na pesquisa amostral hoje sentem como grande fonte de insegurança:

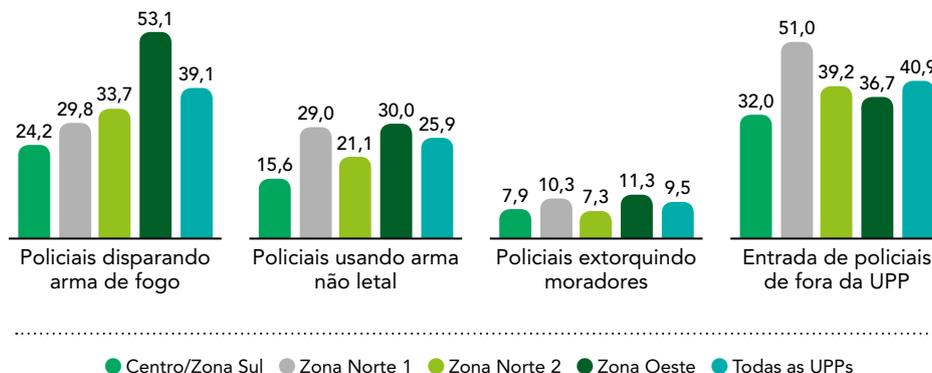
- Antigamente você sabia quando ia ter um tiroteio, quando ia ter uma operação, qualquer coisa do tipo. Hoje em dia você não sabe. Você sai e não sabe se vai poder voltar.
- Mas olha só: até quando não tinha UPP, todo mundo vivia assim, com medo de uma facção invadir um morro.
- Na minha comunidade, não. Antes da UPP eu me sentia seguro dentro da comunidade. Não era por

causa do tráfico. Quando a polícia entrava, a gente já sabia que a polícia estava entrando, então a gente ficava dentro de casa, se [protegia] da melhor forma. Agora com a UPP, não. Corre o risco constante. Eu vou na padaria comprar um pão e do nada pode acontecer algum tiroteio. Antigamente tinham fogos [de artifício, disparados por “olheiros”; para anunciar a chegada da polícia].

Perguntava-se no questionário se o(a) morador(a) ou alguém da sua família presenciara algum episódio de disparo de arma de fogo por policiais nos últimos 12 meses antes da pesquisa: 39% responderam afirmativamente, sendo que 34% haviam visto ou tomado conhecimento *mais de uma vez* desse tipo de episódio. Nas comunidades classificadas como grandes, os percentuais foram bem maiores (47% uma vez e 40%, mais de uma), mas as distâncias mais expressivas verificaram-se entre regiões da cidade: na Zona Oeste, mais da metade dos moradores disseram ter visto ou sabido de disparos da polícia, sendo que 47%, mais de uma vez; já no Centro/Zona Sul, a proporção para pelo menos um episódio foi de cerca de 24% e para mais de um episódio, 18%. A entrada de policiais de fora da UPP (Bope, Core ou outros grupamentos) fora presenciada ao menos uma vez por 41% dos entrevistados de todas as UPPs; nas UPPs da Zona Norte 1, porém, 51% dos moradores disseram ter visto ou sabido disso ao menos uma vez nos últimos 12 meses (Gráfico 3).

GRÁFICO 3

Morador(a) ou alguém da família presenciou estes fatos pelo menos uma vez nos últimos 12 meses? (%)



Em suma, esse primeiro conjunto de avaliações realça, por um lado, a percepção relativamente baixa de mudanças boas ou ruins trazidas pela presença da UPP, inclusive nos aspectos contemplados pelas promessas centrais do programa: gerar segurança, melhorar a infraestrutura urbana e ampliar a oferta de serviços públicos nas favelas. O muito que se alardeou, ademais, sobre os benefícios econômicos para as comunidades, decorrentes da ocupação policial e da expulsão ou do enfraquecimento dos grupos criminosos armados, tampouco encontra ressonância na avaliação dos moradores, mais de 2/3 dos quais acreditam que a economia local ficou na mesma ou até piorou com a entrada da UPP. A profecia ufanista de que o “choque de ordem” traria o “choque de progresso” (Neri 2011) só parece ter-se realizado, e assim mesmo parcialmente, na percepção de habitantes de favelas do Centro e da Zona Sul.

Por outro lado, as respostas a algumas perguntas sobre segurança e insegurança parecem reforçar a visão geral de falência da chamada “pacificação”, com o aumento dos confrontos e tiroteios, o abandono da proposta original de “policiamento de proximidade” e a crescente conversão das UPPs em mera ocupação militar, devotada aos métodos tradicionais, violentos, de “guerra as drogas” e “combate ao crime”. A criação de mini-Bopes, os chamados “Grupamentos Táticos de Polícia de Proximidade” (GTPPs), com função essencialmente repressiva (cf. Esperança 2014; Musumeci 2015); a construção de torres blindadas;<sup>25</sup> a retomada da política de confronto e o consequente aumento dos homicídios decorrentes de intervenção policial nas UPPs<sup>26</sup> atestam o fracasso do projeto e se traduzem, para os moradores e policiais de boa parte das favelas ocupadas, em medo, tensão, insegurança e instabilidade – ou seja, no exato oposto do que se poderia chamar de “pacificação”.

Uma terceira constatação, que será crescentemente reforçada nas próximas seções do trabalho, é a dos impactos desiguais do programa segundo a dimensão populacional e a localização geográfica das unidades, registrando-se avaliações bem mais otimistas sobre a presença da UPP nos grupos de favelas classificados como pequenos (menos de 21 mil habitantes) do que nas comunidades ou complexos grandes (mais de 50 mil habitantes), e nas da região Centro/Sul muito mais que nas de outras regiões, em especial nas da Zona Oeste da cidade.

---

<sup>25</sup> Sobre a construção de uma cabine blindada na UPP do Alemão e o projeto de construir várias outras, ver a matéria “Cabine blindada no Alemão expõe desafios das UPPs”. Isto é, 29/04/2017 [<http://www.ucamcesec.com.br/participacao/cabineblindadanoalemao/>] e a entrevista de Silvia Ramos ao jornal Extra: “É preciso começar do zero”, diz especialista sobre pacificação do Alemão”, 26/04/2017 [<http://www.ucamcesec.com.br/entrevista/e-preciso-comecar-zero-diz-especialista-sobre-pacificacao-alemao/>].

<sup>26</sup> Nas favelas com UPP, os homicídios provocados pela polícia, depois de uma queda de 89% entre 2007 e 2013, aumentaram 100% entre 2013 e 2015, segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio [<http://www.ispdados.rj.gov.br/#>].

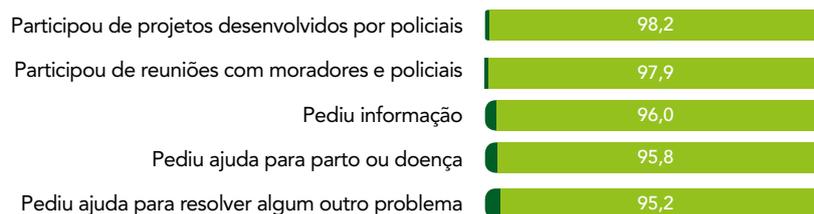
### 3. RELAÇÃO COM A POLÍCIA

#### POLICIAMENTO DE QUASE NENHUMA PROXIMIDADE

Ao menos em parte, o predomínio do “não faz diferença” nas perguntas sobre impactos da UPP em vários aspectos da vida na comunidade parece ecoar um baixíssimo grau de interação direta da maioria dos moradores com policiais do efetivo local. O Gráfico 4 mostra que essa ausência de interação não se refere apenas a situações previstas no chamado “policiamento de proximidade”, tais como coparticipação em reuniões comunitárias ou em projetos sociais, mas também a formas tradicionais de recurso à polícia, como pedir informações ou solicitar algum tipo de auxílio. É possível que os números reflitam em alguma medida um temor de revelar ligações com os policiais da UPP. Mas os percentuais de respostas negativas são tão próximos da unanimidade e espelham tão bem a falta de interação expressa pelos próprios policiais nas pesquisas anteriores do CESeC (cf. Musumeci 2015: 7) que o resultado não parece ser fruto simplesmente de medo, constrangimento ou desconfiança. Em anotações à margem do questionário, alguns pesquisadores registraram frases de entrevistados que ilustram esse distanciamento, tais como: “a UPP fica do outro lado, não atua aqui”, “faz tempo que [os policiais] não aparecem por aqui, não tenho como avaliar o trabalho deles” e até mesmo “eu nem sabia que tinha UPP aqui!”.

#### GRÁFICO 4

**Nos últimos 12 meses, teve contato direto com policiais da UPP nas seguintes situações? (%)**



● Sim ● Não ● NS/NR

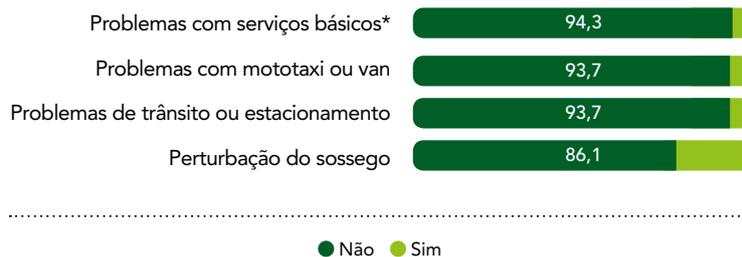
## UPP: ÚLTIMA CHAMADA

### VISÕES E EXPECTATIVAS DOS MORADORES DE FAVELAS OCUPADAS PELA POLÍCIA MILITAR NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

A impressão de uma grande distância emerge também das respostas à pergunta sobre se o(a) entrevistado(a) presenciara ou ouvira falar de problemas resolvidos por policiais da UPP. Exceto no tocante a *perturbação do sossego*, em que 10,5% disseram ter sabido de casos solucionados nos últimos doze meses, a quase totalidade dos moradores não ficara sabendo de nenhum dos tipos de intervenção mencionados na pergunta (Gráfico 5). Em campo aberto “outros”, previsto nessa pergunta, 36 entrevistados (1,5% do total) citaram adicionalmente auxílio em casos de acidentes, de pessoas baleadas ou de morte na família e 12 (0,5%) mencionaram intervenções em violência doméstica, brigas em geral e outros problemas.

### GRÁFICO 5

#### Nos últimos 12 meses, soube de casos em que policiais solucionaram esses problemas? (%)



(\*) Lixo, luz, gás, NET etc

## ABORDAGEM POLICIAL: SELETIVIDADE TRAUMÁTICA

Em contraste com as pouquíssimas situações de interação cooperativa entre policiais da UPP e moradores, a experiência de sofrer abordagem e revista corporal foi relatada por 21% da amostra, sendo que 16% haviam passado por essa experiência mais de uma vez nos últimos 12 meses.<sup>27</sup> A relevância desses percentuais aumenta muito se se leva em conta, além do curto intervalo de tempo considerado (12 meses), o caráter

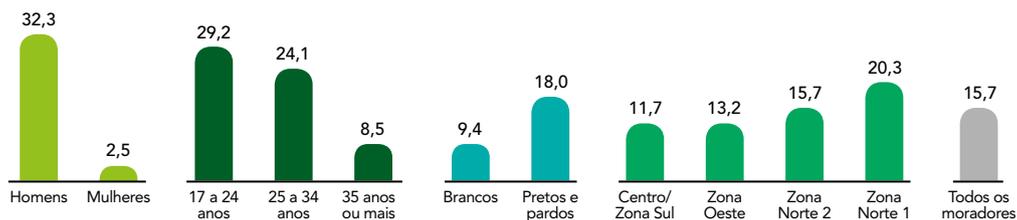
<sup>27</sup> A última rodada da pesquisa do CESeC com policiais de UPP, em 2014, constatou que só cerca de ¼ deles realizava com muita frequência algum tipo de atividade de aproximação com moradores e apenas 5% participavam frequentemente de reuniões comunitárias. Em compensação, 56,4% disseram realizar com muita frequência abordagens e revistas de pessoas consideradas “suspeitas” (Musumeci 2015: 7-8).

altamente seletivo de tais abordagens, ou seja, sua forte concentração em determinados segmentos de moradores. Homens foram parados e revistados em proporção oito vezes maior que mulheres (42 contra 5%); pretos e pardos, quase duas vezes mais do que brancos (24 contra 14%) e pessoas com menos de 35 anos de idade, quase três vezes mais que pessoas acima dessa faixa etária (35 contra 12%).

As distâncias – especialmente de gênero e idade – crescem ainda mais quando se focaliza a experiência de abordagens *repetidas*: nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa, a proporção de homens que passaram por mais de uma revista corporal foi quase 13 vezes superior à de mulheres, e a dos muito jovens (até 24 anos), 3,4 vezes maior que a de adultos com 35 anos ou mais de idade. Pesa também, nesse caso, a localização geográfica da UPP, com os moradores da Zona Norte 1 tendo passado pela experiência de múltiplas abordagens quase duas vezes mais que os moradores das favelas ocupadas na região Centro/Sul (Gráfico 6).

### GRÁFICO 6

**Proporção de pessoas abordadas e revistadas mais de uma vez por policiais da UPP nos últimos 12 meses, segundo sexo, faixa etária, raça/cor e área da cidade (%)**



Os que haviam sido abordados *pelo menos uma vez* dividiram-se quanto à avaliação do tratamento recebido por parte dos policiais na última experiência:<sup>28</sup> cerca de metade considerou que os agentes atuaram dentro da lei e/ou que foram educados e respeitosos, enquanto a outra metade disse que não. Do mesmo modo, pouco menos da metade afirmou que eles foram preconceituosos e parcela quase equivalente, que não. Só

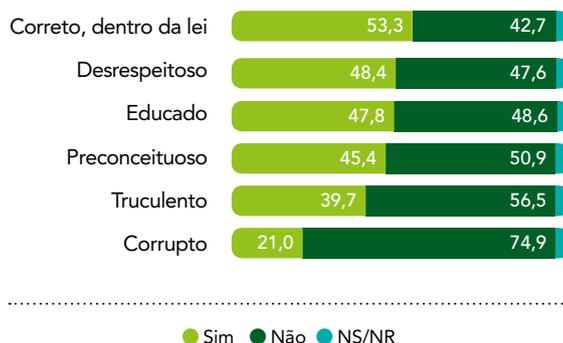
<sup>28</sup> A pergunta pedia para avaliar apenas a *última* experiência de abordagem, caso o(a) entrevistado(a) tivesse sofrido mais de uma no período considerado.

truculência e corrupção tiveram percentuais menores, mas ainda assim relevantes, de respostas afirmativas: 40 e 21%, respectivamente (Gráfico 7).

### GRÁFICO 7

#### Avaliação do comportamento dos policiais na última abordagem sofrida

(% dos entrevistados que disseram ter sido abordados pelo menos uma vez nos últimos 12 meses)

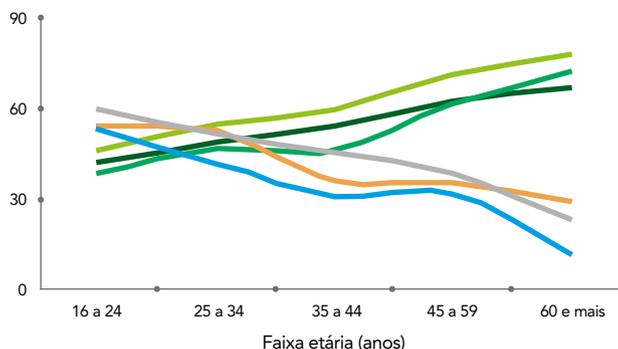


Tais respostas variam entre homens e mulheres e entre brancos e negros, mas as maiores divergências são por faixa etária e se verificam praticamente em todos os itens que os entrevistados avaliaram. Note-se, no Gráfico 8, que as apreciações positivas crescem e as negativas decrescem tendencialmente com a idade, embora nem sempre de forma linear. Noutras palavras, que há forte influência geracional na avaliação do tratamento recebido durante abordagens policiais com revista corporal: quanto mais jovem, menos a pessoa se sente tratada com educação, respeito e legalidade, e mais se percebe alvo de preconceito, desrespeito e truculência. “Com os mais velhos, a polícia não arruma confrontos; quem tem menos de 30 anos sofre mais” – resumiu um entrevistado.

**GRÁFICO 8**

**Avaliação do tratamento recebido na última abordagem policial, segundo faixa etária\***

(% de respostas "sim" entre os que disseram ter sido abordados pelo menos uma vez nos últimos 12 meses)



.....  
 — Educado — Correto — Respeitoso — Preconceituoso — Truculento — Desrespeitoso

Tamanho e localização da UPP também correlacionam com a classificação do tratamento recebido na última abordagem: em unidades grandes, as avaliações negativas têm mais peso e as positivas, menos peso do que em unidades pequenas; por seu turno, moradores do Centro/Zona Sul avaliam positivamente o tratamento dos policiais em proporção maior e negativamente em proporção menor que os das demais regiões, em especial que os da Zona Oeste. Isso sugere que a qualidade do tratamento nas abordagens, além de sensível ao sexo, à cor da pele e à idade do pretense suspeito, depende do maior controle social que é possível haver nas unidades menores e também da maior visibilidade das favelas situadas nas áreas ditas mais "nobres" da cidade.

Do total de pessoas ouvidas, 9,2% disseram ter tido sua casa revistada por policiais da UPP pelo menos uma vez nos últimos 12 meses, sendo essa experiência mais frequente entre os pretos e pardos (9,9%) do que entre os brancos (7,5%). Já se viu mais acima que ter passado por abordagem na rua e/ou revista no

(\*) Somente as opções que geraram correlações estatisticamente significantes.

domicílio influencia as percepções sobre benefícios e malefícios do programa, assim como o sentimento de segurança associado à presença ou não da UPP. Mais adiante se verá que tais experiências também têm forte impacto nos sentimentos dos entrevistados com relação aos policiais e no desejo de que a UPP saia ou não da comunidade.

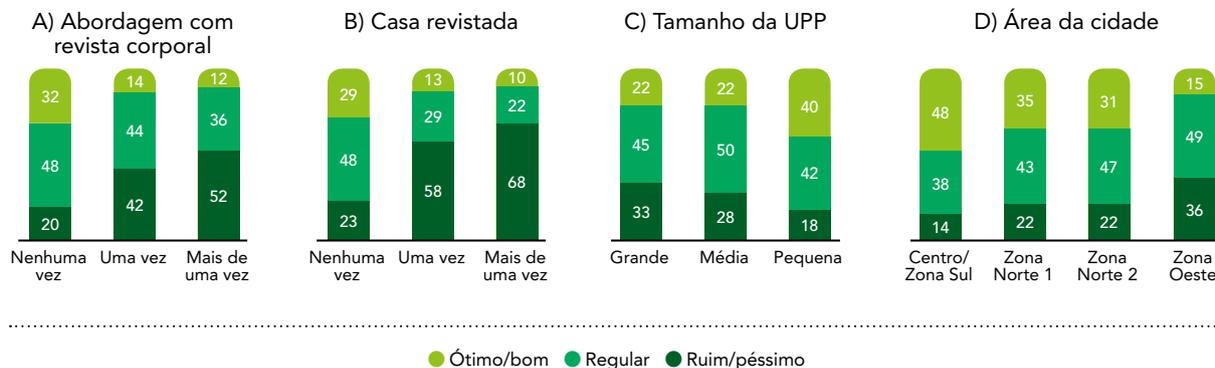
## TRATAMENTO COTIDIANO E NOTIFICAÇÃO DE DESVIOS

Numa avaliação mais geral, apenas cerca de ¼ do conjunto de entrevistados define como ótimo ou bom o tratamento que os agentes da UPP dão à maioria dos moradores no dia a dia; cerca de 41% consideram esse tratamento regular; 25%, ruim ou péssimo e pouco menos de 10% não souberam ou não quiseram responder a pergunta. Metade dos entrevistados, portanto, divide-se em partes quase iguais entre avaliações positivas e negativas, enquanto a outra metade não responde ou responde de forma mais neutra, classificando o tratamento de “regular”.

Novamente é possível observar variações por gênero, raça/cor e faixa etária, sendo as mulheres, os brancos e as pessoas mais velhas mais benevolentes, via de regra, na apreciação de como os policiais lidam cotidianamente com a população das comunidades. Ter sido ou não abordado(a) e revistado(a) pela polícia local também pesa: quem não passou recentemente por essa experiência avalia muito melhor o tratamento geral que os policiais dão aos moradores do que quem passou por ela uma ou mais vezes (Gráfico 9). A dimensão demográfica da UPP é outra variável que parece afetar a avaliação: moradores de circunscrições classificadas como pequenas consideram ótimo ou bom o tratamento dos policiais em proporção bem maior do que os que moram em UPPs grandes. Da mesma forma, parece pesar a variável geográfica, com os moradores de UPPs da região Centro/Sul tendo uma avaliação muito mais positiva desse tratamento do que os de unidades da Zona Norte e, principalmente, da Zona Oeste.

GRÁFICO 9

**Avaliação do tratamento que os policiais da UPP dão à maioria dos moradores, segundo experiência de abordagem e revista nos últimos 12 meses, dimensão populacional e localização geográfica da unidade (%)**



Indagados sobre a quem recorreriam ou a que instância se dirigiriam caso quisessem relatar abusos ou desvios de conduta de policiais da UPP, cerca de 58% dos moradores responderam “a ninguém/nenhuma” ou a esferas exteriores à polícia, como Disque-Denúncia, mídia, redes sociais, lideranças comunitárias e até (em proporção muito pequena) “boca de fumo” ou “dono da favela”. Embora haja também uma parcela significativa de respostas (cerca de 38%) que fazem referência a órgãos policiais – delegacia, batalhão, corregedoria e comando ou ouvidoria da UPP –, o resultado parece denotar bastante temor e desconfiança em relação à possibilidade de que desvios praticados por agentes da unidade local possam ser denunciados à própria polícia. Comentando a opção de queixar-se ao comando da UPP, dois entrevistados exclamaram “Tá louco! Eles entregam a gente!” e “O povo tem medo da UPP, eles entregam quem reclama de alguma coisa”.

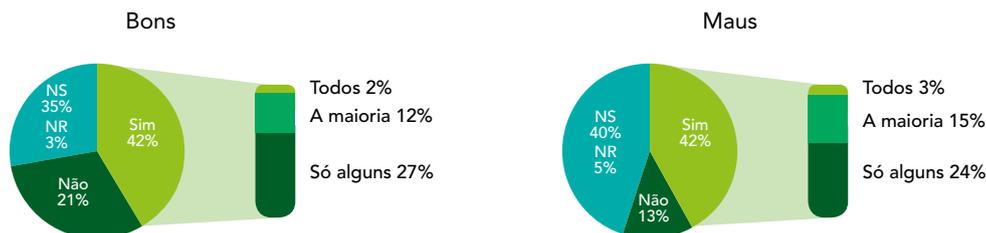
## “BONS” E “MAUS” POLICIAIS

Outra avaliação proposta no questionário era a respeito da existência – e em que proporção – de “bons” e “maus” policiais na UPP da comunidade. Em ambos os casos, foram muito elevadas as parcelas dos que responderam “não sei” (35% no caso dos bons e 40% no dos maus). Embora a recusa direta a responder (NR) tenha sido pequena, é possível que o temor de comprometer-se, tanto criticando quanto elogiando agentes da unidade local, esteja por trás desse pretense desconhecimento. Mas, por outro lado, se considerarmos várias das respostas mencionadas mais acima, que indicam quase total ausência de contato com os policiais (salvo em abordagens) e baixa percepção de efeitos positivos ou negativos da presença da UPP, é possível que o “não sei”, mais do que uma recusa disfarçada, traduza o fato de boa parte dos entrevistados realmente não se sentir em condições de identificar quem é “bom” ou “mau” num efetivo policial distante e desconhecido.

Entre os que responderam afirmativamente (42% do total, em ambos os casos), a maior parcela restringiu a qualificação a *alguns* agentes da UPP; muito poucos a estenderam a *todos* os policiais e uma proporção intermediária qualificou a *maioria* como boa ou como ruim (Gráfico 17). Com isso, houve considerável superposição entre as duas opiniões: 65% dos que reconheceram a existência de bons policiais na UPP também disseram que havia maus e 63% dos que disseram haver maus policiais também admitiram a presença de bons.

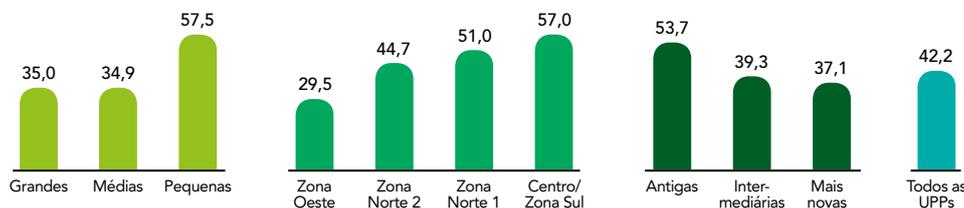
GRÁFICO 10

Existem bons policiais nesta UPP? E maus? (%)



A proporção de moradores que percebem a existência de bons policiais varia relativamente pouco segundo características pessoais como sexo, idade, raça/cor e religião, ou experiências de abordagem e revista. Em compensação, são consideráveis as distâncias entre UPPs de diferentes tamanhos, localizações e tempos de existência, como mostra o Gráfico 11.

**GRÁFICO 11**  
Existem bons policiais nesta UPP? (% sim)



No caso dos “maus”, ao contrário, não há diferenças expressivas entre os grupos de UPPs definidos por tamanho ou localização, mas há consideráveis oscilações segundo perfil de gênero, etário, racial e religioso, e também segundo o fato de ter ou não sofrido revista pessoal e/ou domiciliar (Gráficos 12 e 13).

**GRÁFICO 12**  
Existem maus policiais nesta UPP? (% sim)

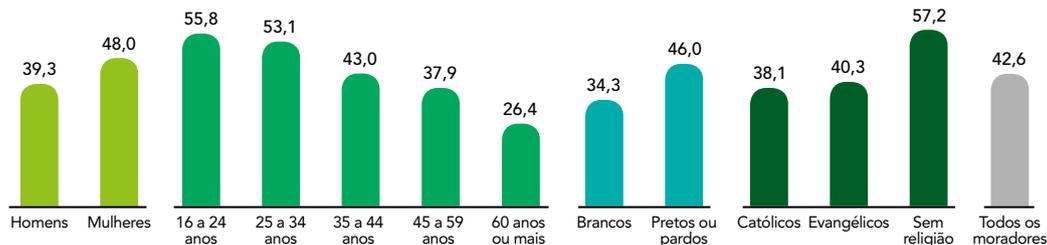
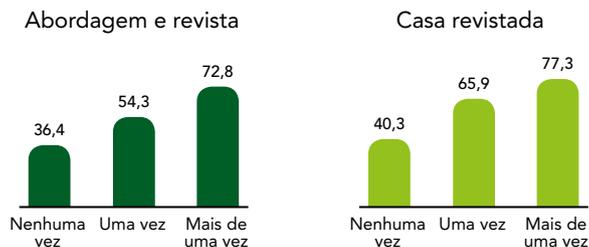


GRÁFICO 13

Existem maus policiais nesta UPP? (% sim)



Os motivos para os nossos entrevistados qualificarem como “bons” ou como “maus” os agentes da UPP relacionam-se majoritariamente às atitudes no trato com os moradores: 56% dos que identificam bons policiais dizem, em pergunta aberta, que eles são educados, respeitosos, não prepotentes, e 66% dos que afirmam haver maus definem-nos como “marrentos”, “abusados”, grosseiros, maleducados, desrespeitosos e/ou violentos. Em menor escala, o par honestidade/corrupção também concorre para definir “bons” e “maus”, assim como as noções de “indole” ou “caráter” individual, que fariam com que em qualquer cesta sempre houvesse frutas saudáveis e frutas podres, como explicaram vários entrevistados.

Houve o cuidado, em ambas as perguntas, de explicitar que o(a) entrevistado(a) não precisava citar nomes, mas isso não impediu que algumas pessoas o fizessem ou mencionassem que alguns turnos específicos, com determinados policiais, eram particularmente bons ou particularmente ruins. A diferença, por vezes radical, do tipo de comportamento dos agentes que se revezam nos plantões foi registrada também por pesquisas qualitativas recentes em favelas com UPP (por exemplo, Menezes 2014; Esperança 2014; Soares 2015), que sublinharam a existência de grupos ou “bondes” de policiais com atitudes deliberadas de distanciamento, tais como não cumprimentar os moradores, ou de intimidação, como revistar agressivamente os “suspeitos”, provocar confrontos ou empenhar-se em exhibições de força para atemorizar a população.

No nosso levantamento, um dos pesquisadores anotou a reclamação de um(a) entrevistado(a) a respeito de três policiais com apelidos muito sugestivos que, durante o plantão, amedrontavam os moradores dizendo que “tinham o capeta no corpo e queriam matar qualquer um que atravessasse na frente deles”. Alguns outros entrevistados também fizeram questão de mencionar agentes específicos que “pagavam terror” na comunidade, apontando fuzis para as pessoas, abordando com violência, atirando a esmo, invadindo e

saqueando casas. Vários relataram aos pesquisadores que filhos e outros parentes próximos haviam sido assassinados ou seriamente agredidos por policiais da UPP.

Respondendo a uma pergunta fechada, 38% dos entrevistados disseram ter tomado conhecimento, direta ou indiretamente, nos últimos 12 meses, de uma ou mais situações em que policiais da UPP xingaram ou humilharam moradores da comunidade. Tais resultados apontam não só para a notória falta de controle sobre abusos e desvios policiais mais graves, mas também para a presença, na tropa das UPPs, de padrões de conduta nada favorecedores de uma convivência pacífica e respeitosa, muito menos de um policiamento que se pretendia “de proximidade”.

Por outro lado, é importante assinalar que os policiais ouvidos em 2014 também se disseram vítimas de grosserias e agressões por parte dos moradores: 55,8% relataram ter sido alvo pelo menos uma vez, nos últimos três meses, de algum objeto arremessado contra eles; 62% não haviam obtido resposta a um cumprimento; 63% haviam-se sentido desrespeitados e 66% afirmaram ter sido xingados em pelo menos uma ocasião. Além disso, 28% dos policiais responderam espontaneamente, em pergunta aberta, que a pior coisa de se trabalhar em UPP era a péssima relação com os moradores (Musumeci 2015: 15). Os próprios moradores entrevistados em 2016 confirmam parcialmente essas reclamações: 1/3 deles diz ter visto ou sabido por familiares, nos últimos 12 meses, de um ou mais episódios em que objetos foram atirados contra agentes da UPP e 44% dizem ter visto ou sabido pelo menos uma vez de policiais sendo xingados por habitantes da favela.<sup>29</sup> Esta última proporção atinge o nível mais alto nas UPPs das Zona Norte 1, onde 52% dos moradores afirmam ter assistido ou tomado conhecimento, no último ano, de pelo menos uma agressão verbal contra policiais.

## SENTIMENTOS NO ESPELHO

O relatório do levantamento junto aos policiais de ponta em 2014 recebeu como título a frase “Eles nos detestam!”, proferida por um entrevistado, que sintetizava a percepção da maioria dos agentes sobre o clima nas UPPs naquele momento: para 60%, a maior parte dos moradores nutria por eles sentimentos negativos como medo, raiva, repulsa, desconfiança e rejeição (cf. Musumeci 2015: 13-15). Não sabemos

---

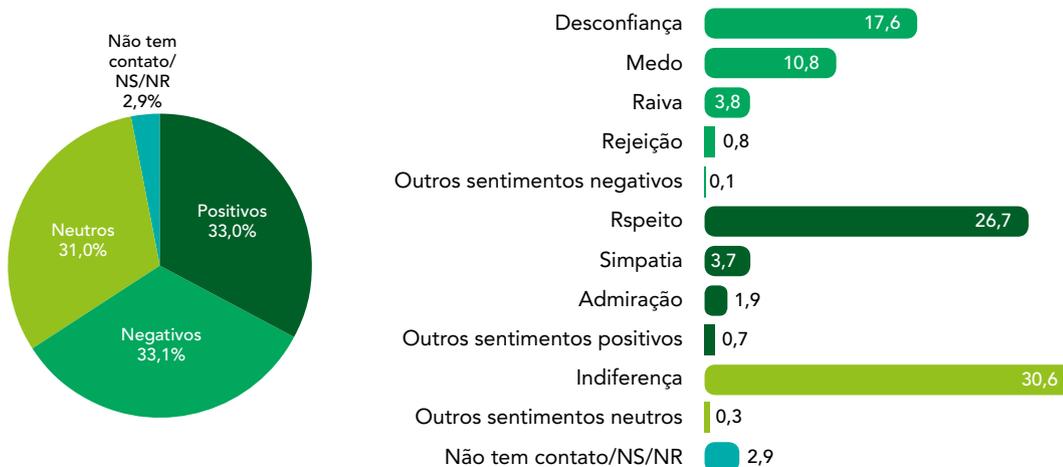
<sup>29</sup> Ver, a esse respeito, o texto de Barbara Mourão (2017).

qual teria sido o percentual caso a pergunta aos policiais tivesse sido repetida em 2016, mas sabemos que essa impressão de um ambiente hostil vinha aumentando a passos largos desde a primeira rodada da pesquisa (29% dos cabos e soldados em 2010, 46% em 2012 e 60% em 2014 achavam que os sentimentos da maior parte da população eram negativos).

Uma pergunta-espelho foi feita aos moradores de favelas com UPP em 2016, pedindo que indicassem seus sentimentos em relação à maioria dos agentes da unidade local. Surpreendentemente, as respostas a essa pergunta não desenham um clima tão inamistoso quanto o imaginado pelos policiais, pois a parcela da população que declara sentimentos *negativos* em relação aos agentes da UPP não constitui a maior parte, e sim 1/3 do total, enquanto os outros 2/3 se dividem, quase paritariamente, entre sentimentos *positivos* e *neutros* (Gráfico 14). Vale notar também que, entre as inclinações negativas, prevalecem *desconfiança* e *medo*, sendo bastante reduzido o peso de *raiva* e *rejeição* (4,6% do total de respostas), ao passo que, na percepção dos policiais ouvidos em 2014, a maioria dos moradores nutria por eles sobretudo sentimentos de ódio, repugnância, desprezo, revolta e rancor (Musumeci 2015: 14).

### GRÁFICO 14

**Sentimentos dos moradores em relação à maioria dos policiais da UPP**  
(% das respostas)

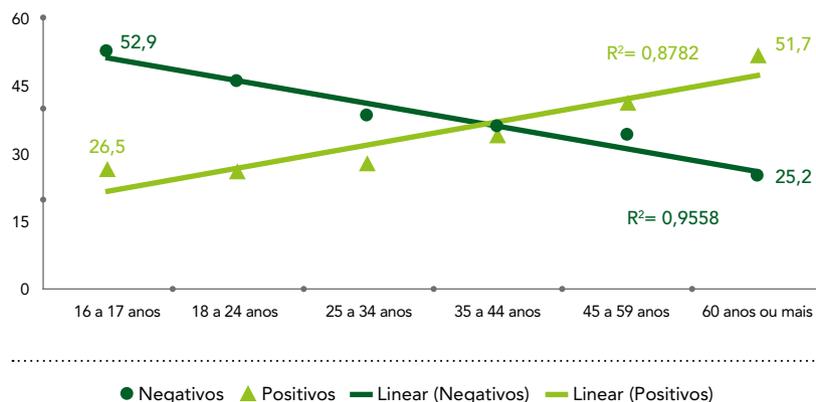


Como é pouco provável que em dois anos os sentimentos da população tenham mudado tanto, e para melhor, fica a dúvida sobre o significado desse desencontro de percepções: talvez medo de revelar disposições muito negativas em relação à polícia por parte dos habitantes de favelas ocupadas; talvez superdimensionamento da hostilidade dos moradores por parte dos policiais; talvez generalizações, de ambos os lados, a partir de experiências localizadas ou do simples desconhecimento mútuo, reforçador tanto de estereótipos negativos quanto de indiferença. Mas, de qualquer modo, o fato de quase 60% dos moradores sentir desconfiança, medo ou indiferença em relação aos policiais, se não chega a espelhar o dramático pessimismo destes, reforça a constatação de quão pouco vingou o chamado “policiamento de proximidade”, que deveria constituir a viga-mestra do programa UPP.

O Gráfico 14 e as observações acima referem-se ao conjunto da população residente nas 37 favelas ocupadas. Quando se consideram variáveis como sexo, raça/cor e religião, os sentimentos declarados pelos moradores variam bastante: homens são mais hostis ou indiferentes aos policiais que as mulheres; pretos e pardos, mais avessos que os brancos e pessoas sem religião, mais do que as católicas e evangélicas. O maior contraste entre sentimentos positivos e negativos vem, contudo, com a idade: numa relação linear forte, quanto mais jovem o(a) entrevistado(a), menores são as inclinações positivas e maiores as negativas; quanto mais velhos, maiores as positivas e menores as negativas. O equilíbrio entre os dois tipos de sentimentos ocorre na faixa de 35 a 44 anos de idade (Gráfico 15).

GRÁFICO 15

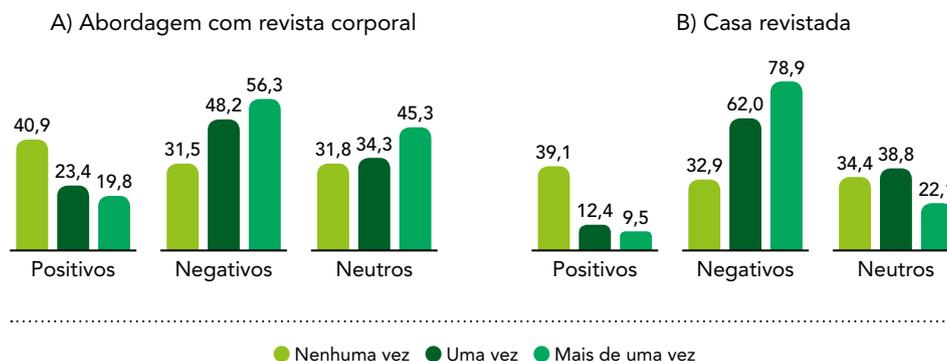
Sentimentos dos moradores em relação à maioria dos policiais da UPP, segundo faixa etária (%)



A experiência de ter sofrido uma ou mais abordagens com revista corporal ou de ter tido a casa revista a ao menos uma vez nos 12 meses anteriores à pesquisa parece também influenciar fortemente as inclinações em relação aos policiais da UPP, gerando sentimentos negativos em proporção muito maior e positivos em proporção muito menor do que em quem não vivenciou recentemente esses tipos de experiências (Gráfico 16).

GRÁFICO 16

**Sentimentos dos moradores em relação à maioria dos policiais da UPP, segundo número de vezes em que sofreram revista corporal ou tiveram a casa revista nos últimos 12 meses (%)**



Da mesma forma, os sentimentos variam segundo características da UPP como tamanho e localização. Nas UPPs grandes, a proporção de sentimentos positivos é menor que nas pequenas (29 a 38%) e a de negativos, maior (40 a 23%, respectivamente). Nas UPPs da zona Centro/Sul da cidade, o percentual de sentimentos positivos (37%) é bem superior ao registrado na Zona Oeste (27%), e o de negativos, bastante inferior (33 a 47%).

## (DES)CONFIANÇA NA POLÍCIA E NA JUSTIÇA

Numa avaliação comparativa entre instituições ou segmentos do sistema de justiça criminal, em que se pedia aos entrevistados para atribuírem notas de zero a dez à confiança depositada em cada um, a polícia da UPP local obteve média baixa (4,7) e quase idêntica à da Polícia Militar em geral (4,8), o que mostra não

haver percepção de diferenças significativas, nem para melhor nem para pior, entre o policiamento ostensivo convencional e aquele supostamente “de proximidade”. Da mesma forma que em outras pesquisas, grupamentos especiais como Bope e Core, a Polícia Civil como um todo e o Corpo de Bombeiros receberam notas superiores à da PM.<sup>30</sup> Esta só perde para a Justiça, cuja confiabilidade no Brasil é pessimamente avaliada, de acordo com levantamentos recentes como o da FGV-SP em algumas unidades da federação (2016) e o do CEsSeC na cidade do Rio de Janeiro (Lemgruber, Cano e Musumeci 2017). Apesar das distintas metodologias empregadas, esses levantamentos convergem em registrar médias de 3 a 3,5, numa escala de zero a dez – muito próximas, portanto, das atribuídas ao poder judiciário pelos moradores de favelas com UPP (3,3).

No caso da PM, vale registrar também que a média das notas dada por esses moradores (4,8) foi quase idêntica àquela atribuída à corporação por todos os habitantes da cidade do Rio de Janeiro com 16 anos ou mais de idade (4,9) em pesquisa realizada pelo CEsSeC mais ou menos na mesma época (Lemgruber, Cano e Musumeci 2017: 13). É o que se verifica também no caso da Polícia Civil, que recebeu média 5,6 na pesquisa em UPPs e 5,8 no levantamento com toda a população da cidade. Isso sugere que viver em favelas sob ocupação policial praticamente não afeta as avaliações populares a respeito das principais instituições de segurança e justiça.

Sobre a nota de confiança dada especificamente à Polícia Militar da UPP, observam-se mais uma vez variações consideráveis de acordo com o perfil dos entrevistados e as experiências de abordagem e revista: homens, jovens, negros e pessoas que foram abordadas ou tiveram a casa revista atribuem notas bem mais baixas à polícia local do que as mulheres, os mais velhos, os brancos e os que não passaram por experiências de abordagem e revista. Além disso, nas UPPs classificadas como pequenas e naquelas da região Centro/Sul, essa média foi significativamente mais alta do que nas grandes UPPs e nas outras regiões, registrando-se o contraste maior, novamente, entre o Centro/Sul e a Zona Oeste da cidade (Gráficos 17 e 18).

---

<sup>30</sup> Ver, por exemplo, Ramos e Musumeci (2005: 153) e Musumeci *et al.* (2011: 27).

GRÁFICO 17

Média das notas de confiança, de zero a dez, dadas à Polícia Militar da UPP local, segundo sexo, faixa etária e raça/cor (%)

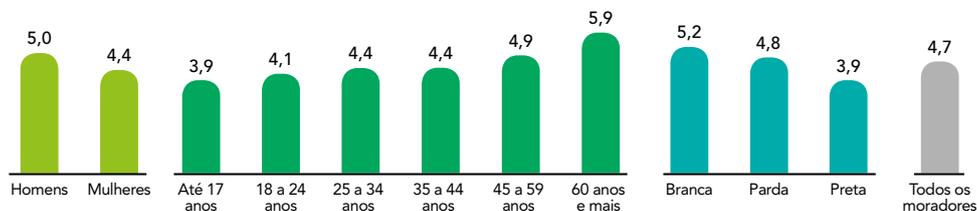
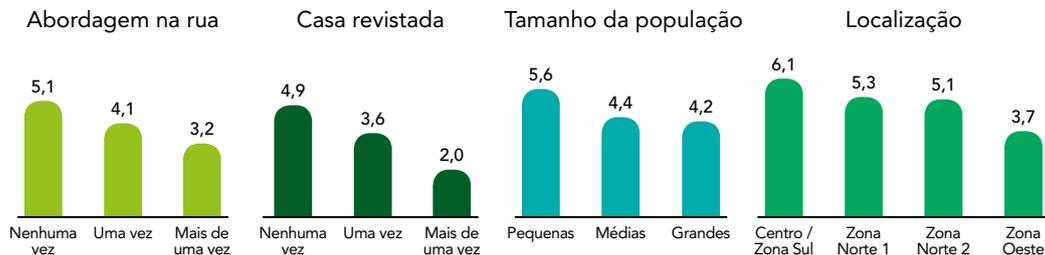


GRÁFICO 18

Média das notas de confiança, de zero a dez, dadas à Polícia Militar da UPP local, segundo experiências de revista na rua ou na casa nos últimos 12 meses, segundo tamanho e localização da UPP (%)



\* \* \*

Neste segundo bloco de resultados da pesquisa, fica especialmente evidente que a presença UPP não é vivenciada nem percebida da mesma forma por todos os moradores de favelas sob ocupação policial. Antes de mais nada, as abordagens policiais com revista corporal e sobretudo as abordagens *repetidas* visam seletivamente, também nas UPPs, os mesmos alvos de sempre: homens, jovens e negros – não por acaso os que mais manifestam sentimentos e avaliações negativas em relação à polícia local. Isso mostra que a permanência contínua dos policiais no território longe está de traduzir-se em adoção de estratégias mais inteligentes de controle da criminalidade, baseadas na investigação e no conhecimento, capazes

de diminuir o recurso ao velho, obtuso e desgastante método de revistar repetidamente “suspeitos” filtrados pelo perfil demográfico. Nem ao menos parece haver a preocupação de dispensar um tratamento respeitoso aos abordados, independentemente do perfil, o que faz com que a experiência do “esculacho” e da humilhação, a que certos segmentos estão sujeitos em qualquer área da cidade, torne-se ainda mais traumática por ocorrer na própria comunidade de residência, onde os pretensos “suspeitos”, sem a UPP, estariam mais ao abrigo da discriminação. Como disse um jovem participante do grupo focal: já basta ser discriminado no trabalho e no shopping; “dentro da favela, fica ainda pior!”.

Outra indicação importante que emerge dos dados acima diz respeito aos distintos impactos da UPP segundo características das unidades, especialmente tamanho da população e localização geográfica. Nas UPPs que classificamos como “grandes”, tudo parece pior aos olhos da população, incluindo a segurança e a relação com a polícia: frequentes tiroteios e episódios de policiais disparando armas de fogo; tratamento ruim dispensado pelos agentes tanto nas abordagens quanto em outras formas de contato; sensação de que a favela era mais segura antes da UPP – consequentemente, avaliação muito pior dos policiais pelos moradores, mais sentimentos negativos e, como se verá adiante, proporção muito maior de pessoas que querem que eles saiam da comunidade, em comparação com a dos habitantes das “pequenas” UPPs. Embora tenhamos trabalhado com subconjuntos recortados arbitrariamente e não com os casos específicos dentro deles, há aí um forte indício de que os descaminhos do programa foram particularmente deletérios nas favelas e complexos de maior dimensão populacional.

Igualmente impactante é o contraste entre experiências e opiniões dos moradores da região Centro/Zona Sul e as dos moradores de UPPs de outras áreas, sobretudo da Zona Oeste da cidade. A julgar pela avaliação dos entrevistados, o programa parece ter funcionado bem melhor nas áreas “nobres” do Rio, onde se registrou uma parcela mais baixa de pessoas abordadas repetidamente; maior percepção de impactos positivos da UPP sobre a economia local; sensação de segurança maior e melhor avaliação dos policiais. Em outras palavras, a população das favelas ocupadas no Centro e na Zona Sul parece ter-se beneficiado da costumeira desigualdade de tratamento do poder público às regiões mais ricas do município. Ainda que, mesmo nessas UPPs, a deterioração do programa também se faça sentir, é provável que a vizinhança dos territórios com alto valor econômico, e, por isso mesmo, com focalização prioritária da mídia, continue determinando um maior cuidado na seleção dos policiais, no tratamento destes aos moradores, na contenção da estratégia bélica e na preocupação de fazer cessar mais rapidamente os tiroteios que – segundo o chavão jornalístico – “assustam” a população de classe média do entorno.

No grupo focal, uma moradora do Chapéu Mangueira demonstrou perplexidade ao saber por outros jovens participantes o que se passava nas UPPs do Jacarezinho, do Alemão e da Cidade de Deus, e concluiu que, mesmo também enfrentando problemas, a experiência das favelas ocupadas na Zona Sul é bastante diferente das de outras regiões da cidade:

Eu estou escutando vocês e não estou acreditando! Parece que estou em outro lugar! Ontem teve uma operação lá [no Chapéu Mangueira], subiram 15 carros do Choque. Não teve nenhum tiroteio. Agora, tem, sim, tiroteio quando eles não estão lá, que aí é entre os bandidos. Era muito carro. Acho que metade do Batalhão estava lá. (...)

A minha [favela] é tranquila. Eu não sei se é porque é na Zona Sul, como no Santa Marta, não tem tanto tiroteio... Essa semana tá meio que em guerra, [mas] a guerra é entre eles, você não vê. Você não vê mais bandido armado na rua. As crianças não veem isso. Eu acho que está mais tranquilo (...)

Lá na comunidade onde moro tem até meninas que namoram policiais. Por isso que eu acho, pelo que vocês falam, a comunidade da Zona Sul é diferente das outras comunidades. Eu não sei se é porque os olhos ficam tudo aqui, então eles não podem, desculpa, soltar uns gases que vai tá todo mundo em cima deles, entendeu?

A percepção decorrente do diálogo no grupo, como se vê, é não só de que os tiroteios são mais esporádicos, mas também de que as incursões policiais são menos violentas e as relações entre moradores e policiais, menos tensionadas – tudo em função do maior interesse e da maior vigilância sobre o que acontece nas regiões mais ricas do município.

Essa disparidade de experiências e percepções, como seria de esperar e como se verá a seguir, reflete-se também nas avaliações da trajetória do programa desde o seu início, assim como nos desejos e projeções quanto ao futuro das UPPs.

## 4. TRAJETÓRIA, SITUAÇÃO ATUAL E EXPECTATIVAS

---

### ONTEM E HOJE

Cerca de metade dos moradores (49%) ouvidos na pesquisa acha que a UPP local não vem melhorando nem piorando desde a sua instalação, o que mais uma vez reitera a impressão de indiferença, desconhecimento ou baixa percepção de impactos do programa; 35% acreditam que a UPP vem piorando e apenas cerca de 13% acham que vem melhorando.

- A percepção de melhora é bem mais alta nas UPPs da Zona Centro/Sul (36%) que nas das zonas Norte 1 e 2 (20 e 13%, respectivamente), e nove vezes superior à registrada nas da Zona Oeste (4%). Vice-versa, a percepção de piora é quase cinco vezes mais alta na Zona Oeste do que na região Centro/Sul (54 contra 12%).
- Em todas as faixas etárias, cerca de 50% do total de entrevistados não veem nem melhora nem piora na UPP, mas a proporção dos que enxergam melhora tende a crescer e a dos que enxergam piora, a decrescer com a idade.
- Moradores de UPPs pequenas têm mais percepção de melhora e menos de piora do que os das UPPs médias e grandes. E os das unidades mais antigas enxergam melhora em proporção maior e piora, em menor do que nas unidades mais recentes, inauguradas depois de 2012.

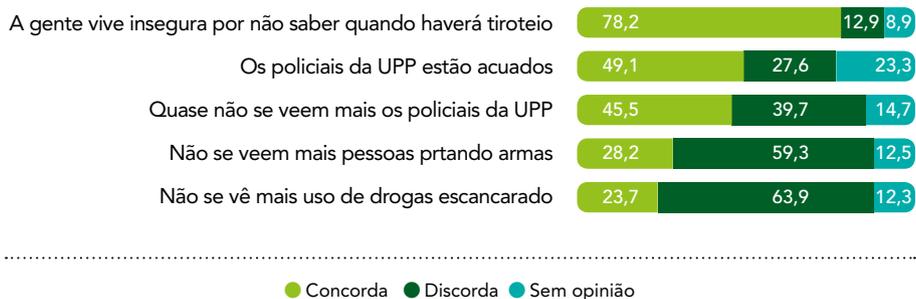
Sobre a situação presente, perguntou-se aos entrevistados se concordavam ou discordavam de algumas afirmações relativas à UPP local (Gráfico 19). A de maior adesão, já mencionada mais acima, foi a que fazia referência à insegurança causada pela imprevisibilidade dos tiroteios, com a qual 78% concordaram inteira ou parcialmente. Quase metade dos entrevistados apoiou a afirmativa de que “os policiais da UPP estão acuados” e a outra metade discordou ou disse não concordar nem discordar dessa afirmativa. Para 46%, é certo que “quase não se veem mais os policiais da UPP”, mas para 40% isso não corresponde à realidade. Em relação a ambas as frases, as unidades da Zona Norte 1 apresentaram percentuais de concordância superiores à média: 65% para acuação e 52% para a baixa visibilidade da polícia. A primeira afirmativa,

ademais, recebeu adesão acima da média (63%) nas UPPs de grande dimensão populacional.

Se os moradores se dividem quanto à presença visível da polícia nas UPPs, tendem a convergir na percepção da ostensividade do consumo de drogas e do porte de armas por pessoas que não policiais: a maioria discordou das afirmativas “não se veem mais pessoas portando armas” e “não se vê mais uso de drogas escancarado” na comunidade, sendo maiores os percentuais de discordância nas UPPs grandes (67% para armas e 69% para uso de drogas) e sobretudo nas UPPs da Zona Norte 1 da cidade (73% para armas e 77% para consumo de drogas).

### GRÁFICO 19

#### Concordância com frases sobre a situação atual da UPP da comunidade (%)



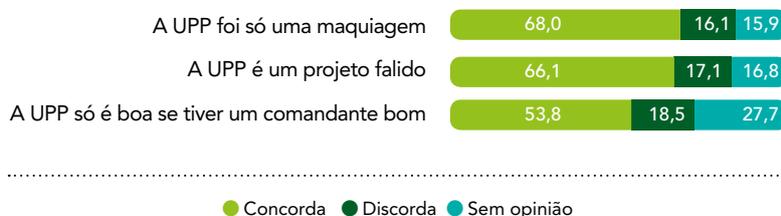
Outro conjunto de frases referia-se, não à comunidade do(a) entrevistado(a), mas às UPPs em geral. Mais de 2/3 concordaram com as afirmativas de que “a UPP foi só uma maquiagem” e de que ela “é um projeto falido”, sendo também majoritária a concordância total ou parcial com a frase “a UPP só é boa se tiver um comandante bom” (Gráfico 20). Em que pesem as limitações desse tipo de pergunta, com frases predefinidas, as respostas endossam suspeitas e críticas, registradas também em outras pesquisas, a respeito das reais intenções do programa e das suas precárias condições de sustentação.

Desde cedo, mesmo quando ainda predominava o otimismo em relação às UPPs, diversos problemas já eram apontados como obstáculos ao sucesso e à consolidação da iniciativa. Por exemplo: expansão desenfreada das unidades, atrelada à agenda política e dos eventos esportivos; definição dos territórios segundo interesses econômicos, mais que por critérios de segurança pública; falta de monitoramento e avaliação; falta de adequação do treinamento dos policiais ao que se chamou de “novo paradigma” de

policciamento em favelas; falta de definição precisa e de padronização das ações do “policciamento de proximidade” (cf. Cano, Borges e Ribeiro 2012; Musumeci et al. 2013; Rodrigues 2014; Musumeci 2015). E, do mesmo modo que em iniciativas anteriores de policiamento comunitário, baixa institucionalização do projeto, que teria deixado o funcionamento de cada UPP ao sabor das inclinações pessoais e ideológicas dos oficiais designados para comandar as unidades (cf. Albernaz, Caruso e Patrício 2007; Cano, Borges e Ribeiro 2012; Soares 2015).

GRÁFICO 20

Concordância com frases sobre as UPPs em geral (%)

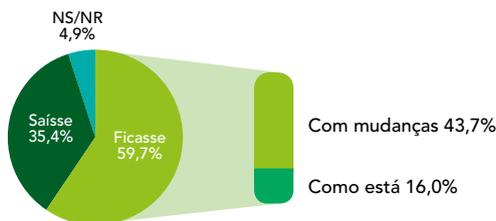


UPP, SIM OU NÃO?

Surpreendentemente, nem o medo dos tiroteios, nem as impressões majoritárias de impostura e falência do programa se traduzem num desejo predominante de que as UPPs saiam das comunidades. Ao contrário, a maioria dos moradores prefere que elas continuem, porém com modificações (Gráfico 21), não do modo como estão funcionando atualmente.

GRÁFICO 21

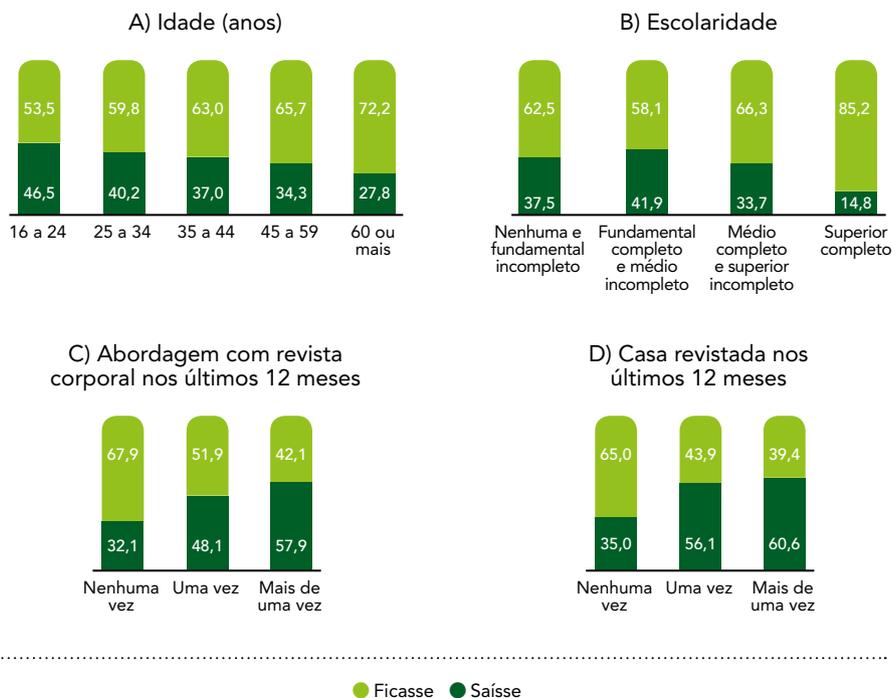
Gostaria que a UPP ficasse ou saísse da comunidade?



Mulheres são mais favoráveis à permanência do que os homens (66 a 58%) e brancos, mais do que negros (70 a 61%). Ademais, pesam nesse posicionamento a idade, a escolaridade (esta não de forma linear) e experiências de abordagem e revista (Gráfico 22).

GRÁFICO 22

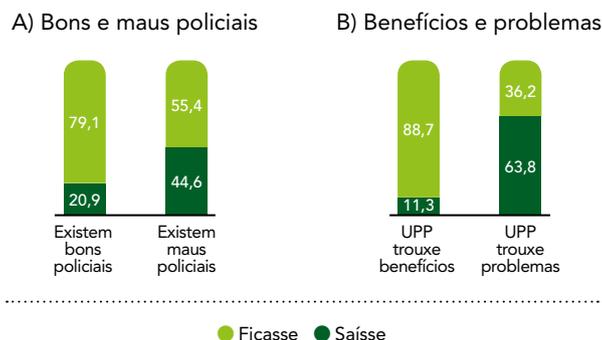
Gostaria que a UPP ficasse ou saísse da comunidade, segundo faixa etária, nível de instrução, quantidade de abordagens sofridas e número de vezes em que teve a casa revista (%)



Como seria de esperar, há correlações estatisticamente significantes entre o desejo ou não de permanência da UPP e as opiniões a respeito da existência de bons ou maus policiais, e sobre se o programa trouxe benefícios ou malefícios para a comunidade (Gráfico 23).

GRÁFICO 23

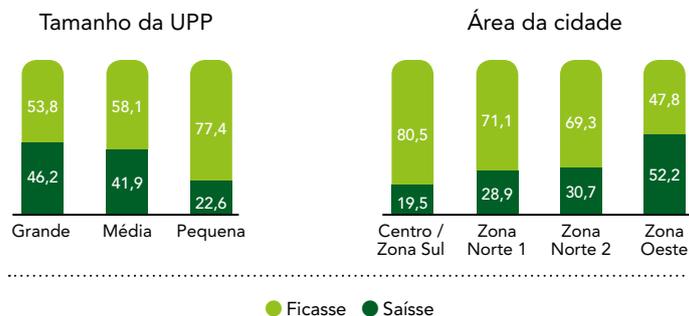
**Gostaria que a UPP ficasse ou saísse da comunidade, segundo percepção da existência de bons ou maus policiais e de benefícios ou problemas trazidos pela UPP (%)**



Sentimentos em relação aos policiais também correlacionam fortemente com a postura pró ou contra a continuidade da UPP: dos que gostariam que ela saísse, menos de 10% declaram sentimentos positivos e 66% manifestam inclinações negativas; já entre os que querem que continue, o percentual de sentimentos positivos é 53% e o de negativos, 20%. Tamanho e localização geográfica são outras variáveis influentes nessa postura: moradores de unidades pequenas apoiam a permanência da UPP numa proporção superior em quase 24 pontos percentuais à dos habitantes de unidades grandes, e moradores da região Centro/Sul apoiam a permanência numa proporção que supera a dos moradores da Zona Oeste em quase 33 pontos percentuais. Vale notar que esta última região é a única onde a maioria dos habitantes disse preferir o fim da UPP (Gráfico 24).

GRÁFICO 24

Gostaria que a UPP ficasse ou saísse da comunidade, segundo dimensão populacional e localização geográfica da unidade (%)



Apresentaram-se aos entrevistados nove tipos de medidas para melhorar o desempenho da UPP, pedindo que opinassem se cada uma ajudaria (muito ou pouco), se atrapalharia, ou se não faria nenhuma diferença. Todas as medidas propostas foram consideradas *muito* úteis pela maioria dos moradores, sendo que em sete delas mais de 70% marcaram a alternativa “muito” e, em três – aumento de projetos para jovens, melhor treinamento dos policiais e entrada de outros serviços além da polícia –, mais de 80%. Embora ainda majoritárias, houve menos adesões ao aumento da circulação de policiais na comunidade e à ampliação do efetivo feminino das UPPs (Gráfico 25).

GRÁFICO 25

Medidas que ajudariam muito a melhorar a UPP (%)

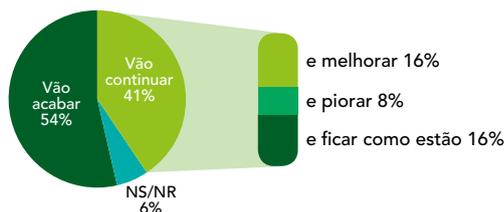


## O FUTURO DO PROGRAMA

Uma coisa é o que os moradores gostariam que acontecesse com a UPP ou imaginam que poderia ser feito para melhorar o seu desempenho. Outra é o que eles acreditam que irá acontecer na prática, já que suas opiniões não costumam ser levadas em conta pelos gestores da política de segurança. Como se viu anteriormente, a maioria dos entrevistados, no conjunto das UPPs, prefere que a polícia permaneça, desde que haja mudanças no funcionamento do programa. Mas também é majoritária a convicção de que a UPP tem os dias contados. E, mesmo entre os que acreditam que ela irá continuar, poucos manifestam esperança de que venha a melhorar no futuro (Gráfico 26).

GRÁFICO 26

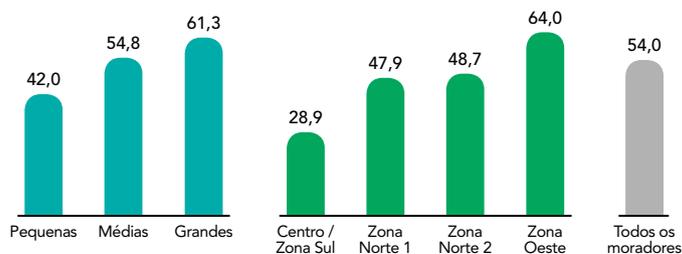
O que acha que vai acontecer com as UPPs daqui para a frente?



Homens estão mais convencidos do fim das UPPs do que as mulheres (63 a 51%). E em quase todas as faixas etárias, com proporções mais altas entre os jovens até 34 anos, a maioria dos moradores crê no desmonte total; a única exceção são os de 60 anos ou mais, que na maior parte (53%) acreditam que as UPPs permanecerão. Moradores de unidades médias ou grandes e habitantes das favelas ocupadas da Zona Oeste também pensam majoritariamente que as UPPs vão acabar. A menor parcela de adesão a essa hipótese encontra-se, mais uma vez, entre os moradores da região Centro/Sul da cidade (Gráfico 27). Nota-se também que a expectativa quanto ao futuro da UPP não está desvinculada do desejo de que ela saia ou permaneça: quase 80% dos que gostariam que a polícia saísse acreditam no fim do programa e 58% dos que querem que ela fique apostam na permanência.

GRÁFICO 27

Proporção dos que acreditam que as UPPs vão acabar, segundo dimensão populacional e localização geográfica da unidade (%)



Frases anotadas à margem dos questionários mencionam a falência do governo do estado e a impossibilidade de implementar os serviços e projetos sociais prometidos como contraparte da ocupação policial. Fala-se também em corrupção como causa do abandono do programa: “nada funciona, só tem ladrões”. E, ainda, em desmonte das UPPs logo após as Olimpíadas (vale lembrar que parte da pesquisa de campo transcorreu durante os Jogos Olímpicos), ecoando a concordância majoritária com a ideia de que a “pacificação” foi apenas uma “maquiagem” – deduz-se que para esconder os problemas de segurança e possibilitar a realização dos grandes eventos esportivos. Vale lembrar também que metade dos policiais entrevistados em 2014 – repercutindo, provavelmente, o pensamento de boa parte da população do Rio de Janeiro – concordava com a afirmativa de que “as UPPs foram criadas só para garantir a segurança da Copa e das Olimpíadas” (cf. Musumeci 2015: 29).

\* \* \*

Em suma, a maioria dos entrevistados prefere que a UPP permaneça, mas não incondicionalmente, e sim com profundas correções de rumo, tais como o fim das incursões violentas da polícia e dos tiroteios; um melhor treinamento dos policiais para lidarem de forma educada e respeitosa com a população; punição dos desvios cometidos pelos agentes; melhores condições de trabalho para os policiais; mais efetividade no controle dos criminosos e a tão prometida oferta de outros serviços públicos além do policiamento. O que os moradores parecem desejar, assim, é a retomada do projeto original das UPPs. Se não exatamente como “policiamento de proximidade” – conceito que nem a própria polícia chegou a definir com clareza e

que, ou foi ignorado, ou cada comandante pôs em prática à sua maneira –, pelo menos enquanto iniciativa efetivamente voltada para a melhoria das condições de vida e de segurança nas favelas.

Poucos, contudo, acreditam que isso vá se realizar. Primeiro porque, na percepção da maioria, as UPPs não vêm melhorando desde que foram instaladas. Segundo, porque em muitas favelas a presença ostensiva do tráfico armado e a frequência e imprevisibilidade dos tiroteios atestam o fracasso da UPP em promover segurança seja para os moradores, seja para os policiais, que também estariam “no sufoco”, não só matando como morrendo, conforme ressaltaram alguns entrevistados. Terceiro, porque, se no auge da euforia e da prosperidade econômica não se implantaram as benfeitorias prometidas, não será agora, em meio à crise e à falência do governo estadual, que elas poderão se materializar. Quarto, porque o projeto é visto retrospectivamente como uma “maquiagem”, não como iniciativa que de fato intencionasse solucionar os problemas de segurança das comunidades, erradicando o domínio nelas exercido por criminosos armados. Finalmente, porque a maioria está convencida de que as UPPs serão extintas e já dá como certo o fracasso integral do projeto.

Não se podem desprezar, contudo, as diferenças de opiniões e expectativas entre moradores de comunidades com distintos tamanhos e localizações, bem como entre indivíduos com distintos perfis e vivências pessoais de interação com a polícia. Tais diferenças não só mostram que a UPP, apesar de concebida como modelo único, não foi uma experiência homogênea, mas também apontam algumas das falhas mais importantes no processo de implementação e desenvolvimento desse projeto.

## CONCLUSÕES

---

A primeira constatação surpreendente da pesquisa é de que, para muitos moradores, a entrada e a permanência da UPP não tiveram impactos visíveis, nem bons nem ruins, o que é revelado pelos altos percentuais de respostas do tipo “tanto faz”, “indiferente”, “nem melhorou nem piorou”, “não sei”. Isso contrasta fortemente com o alarde da mídia e da propaganda oficial em torno da chamada “pacificação”, sugerindo uma comunicação direcionada muito mais para fora das favelas, para seduzir, tranquilizar e beneficiar outros grupos, do que para informar, conquistar e envolver os moradores e policiais diretamente afetados. A ideia majoritária de que a UPP foi apenas uma “maquiagem”, segundo os moradores, ou um “projeto eleitoral”, segundo os policiais ouvidos nos levantamentos anteriores do CEsEC, parece ecoar a suspeita de que a iniciativa tinha outros propósitos que não aqueles explicitamente apregoados. Mas, além disso, a concentração espacial da polícia nos territórios, sobretudo nos de grandes dimensões, parece ter produzido uma real invisibilidade dessa presença para boa parte dos moradores, que não conseguem perceber nem avaliar impactos de um projeto que simplesmente não os alcançou. Não por acaso, são as UPPs pequenas as que têm menores percentuais de respostas “tanto faz” às várias perguntas apresentadas.

Na pesquisa com moradores confirma-se, ademais, a quase absoluta ausência do chamado “policimento de proximidade”, perceptível também nos resultados dos *surveys* com policiais de ponta, especialmente no de 2014 (cf. Musumeci 2015). A impressão que se tem, já registrada acima, é de que nem mesmo a “proximidade” em sentido amplo, entendida como visualização da presença constante da polícia nas favelas, chegou a materializar-se para uma parte expressiva dos moradores. O que possivelmente ancora uma parcela importante das atitudes de apoio ou rejeição e das avaliações melhores ou piores em opiniões genéricas ou no conhecimento de experiências alheias, mais do que em observações ou contatos diretos com os policiais da UPP.

A ausência do prometido policiamento de proximidade faz com que a abordagem policial seja praticamente a única forma de interação direta com os habitantes das favelas ocupadas, como também já mostravam as pesquisas do CEsEC que ouviram os agentes de ponta (Musumeci *et al.* 2013; Musumeci 2015). Chama atenção o fato de nem sequer ter-se buscado diminuir o caráter seletivo, discriminatório e frequentemente abusivo dessa prática tradicional de policiamento. A repetição dos mesmos estereótipos de sempre acerca

dos “suspeitos” a serem revistados – homens, jovens, negros –, assim como a manutenção do “esculacho” nas abordagens, indica que a UPP não foi capaz de produzir nenhum avanço nessa cultura, que ajudasse a distensionar a relação com os grupos usualmente afetados.

Não é de espantar, portanto, que as piores avaliações e as maiores proporções dos que querem a saída da UPP verifiquem-se justamente entre os abordados e revistados com frequência, e nos segmentos mais sujeitos a isso. Como indicam os resultados da pesquisa, trata-se de experiências traumáticas, que contaminam todas as percepções e opiniões sobre o projeto – trauma agravado pelo fato de ocorrerem dentro da favela, na área de moradia, onde, sem a UPP, esses segmentos estariam mais protegidos do assédio contínuo dos policiais. E também porque o perfil dos abordados corresponde muito de perto ao das pessoas presas cotidianamente e ao das mortas pela polícia nas favelas e periferias –<sup>31</sup> o que acrescenta à humilhação de ser repetidamente “perfilado” o temor das consequências ainda mais graves que podem advir daí.

Uma terceira constatação é de que a seletividade não se repete apenas na escolha dos “suspeitos” pela polícia, mas também na atuação mais geral do poder público, até mesmo em iniciativas teoricamente voltadas para as camadas mais pobres da população. Viu-se no decorrer do trabalho que os moradores das favelas do Centro e da Zona Sul têm uma avaliação muito mais positiva da UPP e dos policiais do que as de outras regiões, em particular que as da Zona Oeste da cidade. Provavelmente, como já sugerido, o empenho na seleção e no controle dos agentes que atuam em áreas ditas “nobres” foi bem maior que nas regiões distantes dos holofotes da mídia, dos interesses das classes mais abastadas e, conseqüentemente, das preocupações dos comandantes e gestores da segurança.

Há fortes indícios, ainda, de que o programa funcionou melhor, ou menos mal, nas unidades pequenas do que nas comunidades e complexos de grande porte. Não foram poucas as advertências de que a expansão irresponsável do mesmo modelo para áreas imensas e especialmente problemáticas do ponto de vista da segurança, como Cidade de Deus, Rocinha e os complexos do Alemão e da Penha, acarretaria enormes riscos para o projeto. Mas a agenda dos grandes eventos e grandes negócios falou mais alto, e a euforia então dominante sepultou o planejamento cuidadoso que deveria preceder a extensão do programa a

---

<sup>31</sup> Sobre o perfil sociodemográfico dos presos em flagrante no Rio de Janeiro, ver Lemgruber *et al.* (2016: 30-37). Sobre o das pessoas mortas pela polícia, ver matéria “9 em cada 10 mortos pela polícia no Rio são negros ou pardos”. *Jornal de Floripa*, 26/07/2017.

cada novo território, levando em conta a história e as características locais, as situações de violência e as dinâmicas criminais altamente diferenciadas que caracterizam o universo de favelas do Rio.

A consequência disso, captada pela pesquisa com os moradores, é que a UPP representou uma experiência muito heterogênea para distintos segmentos da população e em territórios com distintas configurações. Não em função de uma flexibilidade salutar, planejada e controlada, mas, ao contrário, pelos efeitos da atabalhoada replicação de um mesmo modelo a realidades completamente diferentes.

Por fim, nem seria necessário mencionar o completo fiasco da “UPP Social” e o abandono de uma das pernas de sustentação do programa: a ação articulada do poder público para a melhoria da infraestrutura e da oferta de serviços nas comunidades.<sup>32</sup> O próprio ex-secretário Mariano Beltrame não cansou de recorrer a esse argumento para justificar as dificuldades da ocupação policial, sobretudo quando elas foram se agravando de forma mais explícita. Sem que isso possa servir de justificativa para os erros cometidos na própria aplicação do modelo pelo comando da segurança pública, sabia-se desde o início que a sustentabilidade do programa a médio e longo prazo não estaria garantida se a atuação do Estado se restringisse à ocupação policial das favelas.

Um dos aspectos em que a “ocupação social” era imprescindível para alterar o ambiente propício ao enraizamento do crime armado dizia respeito à atenção especial aos jovens, em particular aos jovens que haviam estado em contato direto com o tráfico de drogas. Mas, como enfatiza Silvia Ramos (2015: 23), nada foi feito nesse sentido:

É surpreendente que após sete anos nenhum projeto voltado para a redução dos estigmas e dos preconceitos entre juventude e polícia tenha sido desenvolvido. É ainda menos compreensível que um programa que objetiva a retirada das armas dos territórios não tenha sido acompanhado de qualquer projeto com os jovens que anteriormente participavam dos grupos armados (apoio à integração social, busca de emprego, retomada dos estudos etc., como ocorre com dezenas de programas na Colômbia).

---

<sup>32</sup> Na pesquisa do CESeC com os moradores, 82% dos entrevistados disseram que a UPP Social não chegara a atuar nas suas comunidades ou que nunca haviam ouvido falar desse projeto.

Quanto ao primeiro ponto a que a autora se refere – total falta de ações dedicadas à redução dos estigmas e conflitos entre jovens e policiais –, os indícios da pesquisa são bastante eloquentes: não só os jovens do sexo masculino continuaram, nas UPPs, a ser o alvo preferencial das abordagens, revistas e “esculachos” como, em contrapartida e não por acaso, continuam sendo o segmento da população com maior ojeriza à presença policial.

\* \* \*

Se, em meio à crise econômica, política, moral e cívica que assola o estado e o país, ainda houver alguma possibilidade de retomada e recuperação do projeto original das UPPs, serão necessárias mudanças profundas nos rumos que esse projeto tomou, para que ele não se deteriore de vez e não se rompa o fio ainda existente de apoio dos moradores à permanência da polícia nas favelas.

Antes de mais nada, seria fundamental uma avaliação séria dos erros e omissões havidos durante o processo, em lugar da fuga para o discurso belicista, como vem ocorrendo, e para a decretação de que o modelo em si mesmo era inviável, diante do poderio dos “inimigos” armados. Não só a UPP mostrou, no início, ser uma estratégia muito mais eficaz de redução da violência nas favelas e no seu entorno do que a tradicional “guerra às drogas” (cf. Cano, Borges e Ribeiro 2012) como é altamente provável que, se o projeto tivesse sido implantado e desenvolvido conforme as suas diretrizes originais, o tráfico armado não teria voltado com tanta força às comunidades ocupadas. Em outras palavras, as UPPs não faliram porque o tráfico voltou; o tráfico se reempoderou à medida que as UPPs entravam em decadência com a expansão irresponsável do projeto; com o abandono do policiamento de proximidade; com a redução do controle sobre desvios e abusos policiais; com a desistência de estabelecer mecanismos rotineiros de monitoramento, avaliação e planejamento; com o baixo investimento em inteligência e investigação, capaz de prevenir invasões e entrada de armas; com a falta de coordenação entre a Polícia Militar e a Civil; com a evaporação da UPP Social e com a subordinação da política de segurança à agenda econômica, esportiva e eleitoral.

As sinalizações diretas e indiretas que emergem da pesquisa sobre o que seria necessário retomar e desenvolver parecem bastante claras: treinamento dos agentes para convivência respeitosa com os moradores e melhor desempenho do policiamento em favelas; iniciativas de aproximação que possam reduzir a hostilidade e a desconfiança de ambos os lados; redução das operações de abordagem e revista, tanto pessoal quanto domiciliar, e especial cuidado no modo como são conduzidas, evitando-se repetir estereótipos e acirrar conflitos; controle e contenção dos desvios policiais; a tão anunciada melhoria da

infraestrutura e dos serviços públicos nas comunidades, que não restrinja o programa a uma ocupação militar. Além disso, um possível recuo tático da presença policial nas comunidades maiores, onde claramente o modelo não funcionou. E, com toda certeza, o abandono da estratégia bélica que vem sendo adotada crescentemente nas UPPs e que submete cotidianamente os moradores ao terror dos confrontos, tiroteios, execuções e “balas perdidas”.

A derrocada dos governos estadual e municipal não parece encorajar esperanças de que essas transformações se concretizem e o projeto original das UPPs possa ser retomado. O avanço geral do conservadorismo e do punitivismo no país tampouco fornece um ambiente propício à recuperação das expectativas criadas pelo programa no seu começo. Infelizmente, é quase impossível não subscrever as palavras de um ex-comandante geral da PMERJ, entrevistado em outra pesquisa do CEsEC, a respeito do que denominou de “fracasso retumbante, colossal” das UPPs:

“Nós nunca mais teremos uma chance como essa, ou não tão cedo; perdemos uma oportunidade de realmente fazer alguma coisa que fosse transformadora, em termos de segurança pública, no Rio de Janeiro. É muito triste dizer isso, mas jogamos uma chance boa pela janela.” (Ibis Pereira, *apud* Lemgruber *et al.* 2017: 57)

Entretanto, se levarmos em conta que, apesar de tudo, a maioria dos moradores dos territórios ocupados ainda prefere a permanência da UPP, talvez a declaração acima possa ser lida menos como epitáfio do que como um alerta vermelho, uma última chamada para que não se desperdice mais uma vez, no Rio de Janeiro, a oportunidade criada com as UPPs de mudar a polícia e a relação do poder público com as favelas. Pois o caminho oposto, como já se sabe, é o mergulho na barbárie de uma “guerra” da qual ninguém se beneficia, salvo os demagogos, os corruptos e os fabricantes e traficantes de armas.

## BIBLIOGRAFIA

---

- ALBERNAZ, Elizabete R.; CARUSO, Haydée; PATRÍCIO, Luciane. Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais. *São Paulo em Perspectiva*, v. 21, n. 2, pp. 39-52, jul/dez 2007. [[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v21n02/v21n02\\_04.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v21n02/v21n02_04.pdf)]. Último acesso: maio de 2017.
- BATISTA, Vera Malaguti. *O Alemão é muito mais complexo*. Texto apresentado no 17º Seminário Internacional de Ciências Criminais. São Paulo, IBCCrim, agosto de 2011. [<http://www.anf.org.br/o-alemao-e-muito-mais-complexo/>]. Último acesso: julho de 2017].
- CANO, Ignacio; BORGES, Dorian; RIBEIRO, Eduardo (orgs.). *“Os donos do morro”: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: LAV/UERJ e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2012. [<http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf>]. Último acesso: julho de 2017]. Publicado como livro, com o mesmo título, pela Fundação Heinrich Boll, em 2014. [<https://br.boell.org/pt-br/2014/10/23/os-donos-do-morro-uma-avaliacao-exploratoria-do-impacto-das-unidades-de-policia>]. Último acesso: julho de 2017].
- CANO, Ignacio (coord.); SENTO-SÉ, João Trajano; MUSUMECI, Leonarda; MORAES, Anderson; DUARTE, Thais. *Programa de Polícia Pacificadora: Proposta e fundamentação* (Produto II da Consultoria prestada à Seseg). Rio de Janeiro: Propesq Estudos Socioeducacionais, LAV/UERJ e Seseg, agosto de 2012.
- CANO, Ignacio (coord.); SENTO-SÉ, João Trajano; MUSUMECI, Leonarda; MORAES, Anderson; DUARTE, Thais. *Programa de Polícia Pacificadora: Proposta de monitoramento e avaliação*. (Produto IV da Consultoria prestada à Seseg). Rio de Janeiro: Propesq Estudos Socioeducacionais, LAV/UERJ e Seseg, junho de 2013).
- CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. *Sumário dos resultados da primeira etapa do levantamento estatístico sobre o que pensam os policiais das UPPs* (apresentação de slides). Rio de Janeiro, 2010. [[http://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/09/Sum%C3%A1rioExec\\_pdf\\_com-artigo\\_corrigido.pdf](http://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/09/Sum%C3%A1rioExec_pdf_com-artigo_corrigido.pdf)]

CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania. *Sumário dos resultados da segunda etapa do levantamento estatístico sobre o que pensam os policiais das UPPs* (apresentação de slides). Rio de Janeiro, 2012. [[http://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/09/PPT\\_UPP-19-de-julho.pdf](http://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/09/PPT_UPP-19-de-julho.pdf)]

CORTES, Vanessa de Amorim; MAZZURANA, Leonardo. Atualização curricular do CFSd: contribuições para a gestão educacional na área da segurança pública. *Cadernos de Segurança Pública*, ano 7, n. 6, julho de 2015, pp. 1-15. [[http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp\\_imagens/Uploads/Rev201506completa.pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/Rev201506completa.pdf). Último acesso: julho de 2017].

ESPERANÇA, Vinicius. “Brincando de gato e rato” no Complexo do Alemão: UPPs, esticas e acordo de cavalheiros na Nova Brasília e no Alemão. *Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 16, n. 3, 2014, pp. 125-150. [<http://www.confluencias.uff.br/index.php/confluencias/article/view/368/307>. Último acesso: maio de 2017].

FGV-SP – Fundação Getúlio Vargas. *Relatório ICJ Brasil*, ano 8. São Paulo, 1º semestre de 2016. [<http://direitosp.fgv.br/publicacoes/icj-brasil>. Último acesso: maio de 2017].

HENRIQUES, Ricardo; RAMOS, Silvia. UPP Social: ações sociais para a consolidação da pacificação. In: URANI, André; GIAMBIAGI, Fabio (orgs.). *Rio: a hora da virada*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011, pp. 242-254. [Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto3008.pdf>. Último acesso: maio de 2017].

LEMGRUBER, Julita; CANO, Ignacio; MUSUMECI, Leonarda. *Olho por olho? O que pensam os cariocas sobre “bandido bom é bandido morto”*. Rio de Janeiro: CESeC, 2017 [<http://www.ucamcesec.com.br/livro/olho-por-olho-o-que-pensam-os-cariocas-sobre-bandido-bom-e-bandido-morto/>]

LEMGRUBER, Julita; FERNANDES, Marcia; MUSUMECI, Leonarda; BENACE, Maíza; BRANDO, Caio. *Liberdade mais que tardia: As audiências de custódia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CESeC/ISER, 2016. [<http://www.ucamcesec.com.br/livro/liberdade-mais-que-tardia-as-audiencias-de-custodia-no-rio-de-janeiro/>]

MOURÃO, Barbara Musumeci. *UPPs: Uma polícia de que gênero?* Rio de Janeiro: CESeC, 2013. [<http://www.ucamcesec.com.br/textodownload/upps-uma-policia-de-que-genero/>]

- MOURÃO, Barbara Musumeci. *Mediação de conflitos nas UPPs: Sistematização de uma escuta*. Rio de Janeiro: CESeC, setembro de 2014. [<http://www.ucamcesec.com.br/textodownload/2-mediacao-de-conflitos-nas-upps-sistematizacao-de-uma-escuta/>]
- MOURÃO, Barbara Musumeci. A face feminina das UPPs. *Boletim Segurança e Cidadania*, n. 18, novembro de 2015. [<http://www.ucamcesec.com.br/boletim/a-face-feminina-das-upps/>]
- MOURÃO, Bárbara M.; STROZEMBERG, Pedro (orgs.). *Mediação de conflitos nas UPPs: Notícias de uma experiência*. Rio de Janeiro: CESeC/ISER, 2016. [<http://www.ucamcesec.com.br/livro/mediacao-de-conflitos-nas-upps-noticias-de-uma-experiencia/>]
- MUSUMECI, Leonarda. “Eles nos detestam”: Tropeços do policiamento de proximidade em favelas. *Boletim Segurança e Cidadania*, n. 19, novembro de 2015. [<http://www.ucamcesec.com.br/boletim/eles-nos-detestam-tropecos-do-policiamento-de-proximidade-em-favelas/>]
- MUSUMECI, Leonarda; MOURÃO, Barbara Musumeci; LEMGRUBER, Julita; RAMOS, Silvia. Ser policial de UPP: Aproximações e resistências. *Boletim Segurança e Cidadania*. Rio de Janeiro: CESeC, ano 12, n. 14, dezembro de 2013. [[http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/files\\_mf/boletim14.pdf](http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/files_mf/boletim14.pdf)]
- NERI, Marcelo Cortes (coord.). *UPP2 e a economia da Rocinha e do Alemão: Do choque de ordem ao de progresso* (UPP \* Upgrades Produtivos Populares = UPP2). Rio de Janeiro, Centro de Políticas Sociais – Fundação Getúlio Vargas, novembro de 2011. [<http://www.cps.fgv.br/cps/favela2>>. Último acesso: maio de 2017].
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. *Mana*, v. 20, n. 1, 2014, pp. 125-161. [<http://www.scielo.br/pdf/mana/v20n1/a05v20n1.pdf>. Último acesso: julho de 2017].
- RAMOS, Silvia. Violência e polícia: Três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro. *Boletim Segurança e Cidadania*, n. 21, março de 2016. [<http://www.ucamcesec.com.br/boletim/violencia-e-policia-tres-decadas-de-politicas-de-seguranca-no-rio-de-janeiro/>]
- RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 (Coleção Segurança e Cidadania, 2).

RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza. As Unidades de Polícia Pacificadora e a segurança pública no Rio de Janeiro. In: RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza e LISSOVSKY, Mauricio, coords. Unidades de Polícia Pacificadora: Debates e reflexões. *Comunicações do Iser*, ano 31, n. 67, 2012, p. 9-52.

RODRIGUES, Robson. *Os dilemas da pacificação: Notícias de guerra e paz em uma "Cidade Maravilhosa"*. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, agosto de 2014 (Artigo Estratégico, 8). [<http://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p5.pdf>]. Último acesso: 04/09/2015].

SOARES, Barbara. *Unidades de Polícia Pacificadora: O que pensam os policiais, ano II*. Rio de Janeiro: CESeC, 2012. [<http://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/09/Relatorio2012comAnexos.pdf>]

SOARES, Barbara; LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; RAMOS, Silvia. O que pensam os policiais das UPPs. *Ciência Hoje*, n. 294, julho de 2012. [<http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/09/policiaisdasUPPs294.pdf>]

SOARES, Vanessa Brulon. *(Des)organizando o espaço social de favelas: O campo burocrático do Estado em ação no contexto da "pacificação"*. Tese de doutorado em Administração. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas/FGV-RJ, junho de 2015. [<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13848/Tese%20-%20Vanessa%20Brulon%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20Ap%C3%B3s%20Defesa%20%282%29.pdf?sequence=5&isAllowed=y>]. Último acesso: maio de 2017].

VILAROUCA, Márcio Grijó; RIBEIRO, Ludmila. *Dimensionamento dos impactos sociais das UPPs em favelas cariocas*. Rio de Janeiro: FGV-RJ/UFMG, junho de 2016. [[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/fgvopiniao/2016PesquisaFGVOpiniao\\_UPPsFavelasCariocas.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/fgvopiniao/2016PesquisaFGVOpiniao_UPPsFavelasCariocas.pdf)]. Último acesso: maio de 2017].

## MÍDIA

9 em cada 10 mortos pela polícia no Rio são negros ou pardos. *Jornal de Floripa*, 26/07/2017. [<http://www.jornalfloripa.com.br/mundo/noticia.php?id=40006154>]. Último acesso: agosto de 2017].

Antônio Carlos Costa. UPP, o colapso do sonho de paz. *O Globo*, 15/10/2016. [<https://oglobo.globo.com/opiniao/upp-colapso-do-sonho-de-paz-20293402>]. Último acesso: agosto de 2017].

Após anunciar saída, Beltrame diz que UPPs serão reavaliadas. *O Globo*, 02/10/2016. [<https://oglobo.globo.com/rio/apos-anunciar-saida-beltrame-diz-que-upps-serao-reavaliadas-20276449>]. Último acesso: agosto de 2017].

Cecília Olliveira. Rio antes e depois de José Mariano Beltrame: Após 10 anos, estamos na estaca zero. *The Intercept Brasil*, 14/10/2016. [<https://theintercept.com/2016/10/14/rio-antes-e-depois-de-beltrame-10-anos-depois-estamos-na-estaca-zero/?comments=1#comments>]. Último acesso: agosto de 2017].

Cecília Olliveira. Surpresa de secretário de segurança do Rio com violência reflete falta de planejamento histórico. *The Intercept Brasil*, 18/07/2017. [<https://theintercept.com/2017/07/18/surpresa-de-secretario-de-seguranca-do-rio-com-violencia-reflete-falta-de-planejamento-historico-da-pasta/>]. Último acesso: agosto de 2017].

Dario de Negreiros. UPP: os cinco motivos que levaram à falência o maior projeto do governo Cabral. *Revista Forum*, 12/02/2014. [<http://www.revistaforum.com.br/2014/02/12/upp-os-cinco-motivos-que-levaram-a-falencia-o-maior-projeto-do-governo-cabral/>]. Último acesso: agosto de 2017].

Ed Bentsi-Enchill, Jessica Goodenough e Michel Berger. A Morte da UPP Social: Fracasso da Participação. *Rio on Watch*, 15/06/2015. [<http://riononwatch.org.br/?p=14378>]. Último acesso: agosto de 2017].

Francho Barón. Crônica de uma pacificação falida. *El país*, 26/04/2014. [[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/26/politica/1398535146\\_877900.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/04/26/politica/1398535146_877900.html)]. Último acesso: agosto de 2017].

Hudson Corrêa. Rio em colapso: a vida na guerra entre UPP e tráfico na Cidade de Deus. *Revista Época*, 28/11/2016. [<http://epoca.globo.com/brasil/noticia/2016/11/rio-em-colapso-vida-na-guerra-entre-upp-e-trafico-na-cidade-de-deus.html>]. Último acesso: agosto de 2017].

Isabel Seta. A falência das UPPs. *Revista Exame*, 03/07/2017. [<http://exame.abril.com.br/brasil/a-falencia-das-upps/>]. Último acesso: agosto de 2017].

Leopoldo Mateus e Marcelo Sperandio. Após anos de popularidade alta, Sérgio Cabral se transforma em vilão. *Revista Época*, 12/08/2013. [<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/08/apos-anos-de-popularidade-alta-bsergio-cabralb-se-transforma-em-bvilao.html>]. Último acesso: agosto de 2017].

Leslie Leitão. O fracasso da pacificação. *Revista Veja*, 18/10/2016. [<http://veja.abril.com.br/brasil/o-fracasso-da-pacificacao/>. Último acesso: agosto de 2017].

Raphael Gomide, Isabel Clemente e Livia Cunto Salles. A vocação pacífica das UPPs no Rio de Janeiro. *Revista Época*, 22/04/2015. [<http://epoca.globo.com/ideias/choque-de-realidade/noticia/2015/04/vocacao-pacifica-das-upps-no-rio-de-janeiro.html>. Último acesso: agosto de 2017].

Silvia Ramos. Death toll mounts in Rio de Janeiro as police lose control of the city – and of themselves. *The Conversation*, 17/07/2017. [<https://theconversation.com/death-toll-mounts-in-rio-de-janeiro-as-police-lose-control-of-the-city-and-of-themselves-80862>]

Maurício Thuswohl. Trunfo eleitoral, UPPs consomem centenas de milhões de reais no RJ. *Carta Maior*, 26/05/2014. [<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Trunfo-eleitoral-UPPs-consoem-centenas-de-milhoes-de-reais-no-RJ%0A/4/31016>. Último acesso: agosto de 2017].

UPP: uma política de ‘adestramento’ que deixa de lado a integração. *Jornal do Brasil*, 14/06/2014. [<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/06/14/upp-uma-politica-de-adestramento-que-deixa-de-lado-a-integracao/>. Último acesso: agosto de 2017].

Vitor Abdala. Ano de 2014 foi marcado por ataques a bases de UPPs no Rio. *EBC – Agência Brasil*, 28/12/2014. [<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/retrospectiva-2014-ano-foi-marcado-por-ataques-bases-de-upps-no-rio>. Último acesso: agosto de 2017].

Wilson Tosta. Análise: Falta de recursos do Estado explicita fracasso das UPP. *O Estado de São Paulo*, 06/07/2016. [<http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,analise-falta-de-recursos-dos-estado-explicita-fracasso-das-upp,10000061172>. Último acesso: agosto de 2017].

## ANEXO – AGREGAÇÕES DE UPPS

### A) POR TAMANHO DA POPULAÇÃO

CATEGORIA	NOME DA UPP OU DO COMPLEXO	POPULAÇÃO RESIDENTE
<b>GRANDES</b> (mais de 50 mil habitantes)	Complexo do Alemão (Nova Brasília, Alemão, Pedra do Sapo, Fazendinha, Adeus e Baiana)	86.842
	Rocinha	68.454
	Complexo da Penha (Parque Proletário, Vila Cruzeiro, Fé e Sereno, Chatuba e Caixa D'água)	57.322
	Cidade de Deus	55.081
	<b>População total</b>	<b>267.699</b>
<b>MÉDIAS</b> (21 a 50 mil habitantes)	Jacarezinho e Rato Molhado	49.177
	Complexo do Lins (Lins, Camarista Méier e Morro do Céu)	45.192
	Macacos	34.130
	Manguinhos	30.928
	Borel	26.132
	São Carlos	24.840
	Caju	24.339
	Providência	21.904
	Coroa, Fallet e Fogueteiro	21.035
<b>População total</b>	<b>277.677</b>	
<b>PEQUENAS</b> (menos de 21 mil habitantes)	Barreira do Vasco e Tuiuti	20.716
	Turano	20.049
	Batan	19.857
	Mangueira	18.798
	Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	18.236
	Arará e Mandela	18.090
	Andaraí	16.952
	São João, Matriz e Quieto	16.676
	Tabajaras e Cabritos	13.483
	Vidigal e Chácara do Céu	12.788
	Vila Kennedy	11.057
	Prazeres e Escondidinho	9.361
	Salgueiro	8.526
	Chapéu Mangueira e Babilônia	8.362
	Formiga	7.773
Santa Marta	7.185	
Cerro-Corá e Guararapes	4.221	
<b>População total</b>	<b>232.130</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>777.506</b>	

## B) POR ÁREA GEOGRÁFICA

REGIÃO	UPPS
<b>ZONA NORTE 1</b>	Andaraí
	Barreira do Vasco e Tuiuti
	Borel
	Camarista Méier e Morro do Céu
	Caju
	Lins
	São Carlos
	Formiga
	Macacos
	Mangueira
	Salgueiro
	São João, Matriz e Quietos
	Turano
	<b>População total: 264.123</b>
<b>CENTRO / ZONA SUL</b>	Chapéu Mangueira e Babilônia
	Cerro-Corá e Guararapes
	Coroa, Fallet e Fogueteiro
	Pavão-Pavãozinho e Cantagalo
	Prazeres e Escondidinho
	Providência
	Rocinha
	Santa Marta
	Tabajaras e Cabritos
	Vidigal e Chácara do Céu
<b>População total: 185.029</b>	

REGIÃO	UPPS
<b>ZONA NORTE 2</b>	Adeus e Baiana
	Alemão e Pedra do Sapo
	Arará e Mandela
	Chatuba e Caixa Dágua
	Fazendinha
	Fé e Sereno
	Jacarezinho e Rato Molhado
	Manguinhos
	Nova Brasília
	Parque Proletário
Vila Cruzeiro	
<b>População total: 242.359</b>	
<b>ZONA OESTE</b>	Vila Kennedy
	Cidade de Deus
	Batan
<b>População total: 85.995</b>	



- 
- 1 ZONA NORTE 1
  - 2 CENTRO / ZONA SUL
  - 3 ZONA NORTE 2
  - 4 ZONA OESTE
- 

Fonte: Marcação das áreas sobre o Mapa Digital do Rio de Janeiro - Ações da Prefeitura nas Áreas Pacificadas, IPP/Rio+Social.  
<http://www.arcgis.com/home/webmap/viewer.html?webmap=1acb9526946c47878ed7cc9c2d23da5b&extent=-43.6932,-23.1328,-43.1651,-22.78>

C) POR ANTIGUIDADE

FAIXAS	UPPS	DATA DE INAUGURAÇÃO
ANTIGAS	Santa Marta	19/12/2008
	Cidade de Deus	16/02/2009
	Batan	18/02/2009
	Chapéu Mangueira e Babilônia	10/06/2009
	Pavão-Pavãozinho e Cantagalo	23/12/2009
	Tabajaras e Cabritos	14/01/2010
	Providência	26/04/2010
	Borel	07/06/2010
	Formiga	01/07/2010
	Andaraí	28/07/2010
	Salgueiro	17/09/2010
	Turano	30/10/2010
Macacos	30/11/2010	
<b>População total: 257.670</b>		
INTERMEDIÁRIAS	São João, Matriz e Quieto	31/01/2011
	Coroa, Fallet e Fogueteiro	25/02/2011
	Prazeres e Escondidinho	25/02/2011
	São Carlos	17/05/2011
	Mangueira	03/11/2011
	Vidigal e Chácara do Céu	18/01/2012
	Fazendinha	18/04/2012
	Nova Brasília	18/04/2012
	Adeus e Baiana	11/05/2012
	Alemão e Pedra do Sapo	30/05/2012
	Chatuba e Caixa D'água	27/06/2012
	Fé e Sereno	27/06/2012
	Vila Cruzeiro	05/09/2012
	Parque Proletário	05/09/2012
Rocinha	20/09/2012	
<b>População total: 316.116</b>		
MAIS RECENTES	Jacarezinho e Rato Molhado	18/01/2013
	Manguinhos	18/01/2013
	Arará e Mandela	22/05/2013
	Barreira do Vasco e Tuiuti	22/05/2013
	Caju	22/05/2013
	Cerro-Corá e Guararapes	25/07/2013
	Camarista Meier e Morro do Céu	16/01/2014
	Lins	16/01/2014
Vila Kennedy	23/05/2014	
<b>População total: 203.720</b>		



REALIZAÇÃO

cesec



UNIVERSIDADE  
CANDIDO  
MENDES